



Subsecretaria de Análise
S. F.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXIII — Nº 065

QUINTA-FEIRA, 8 DE JUNHO DE 1978

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, Petrônio Portella, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 46, DE 1978

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.623, de 25 de abril de 1978, que “dispõe sobre a retribuição do Governador do Estado de Mato Grosso do Sul e do pessoal requisitado para prestar serviços à Comissão Especial de que trata o artigo 48 da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, e dá outras providências”.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.623, de 25 de abril de 1978, que “dispõe sobre a retribuição do Governador do Estado de Mato Grosso do Sul e do pessoal requisitado para prestar serviços à Comissão Especial de que trata o artigo 48 da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, e dá outras providências”.

Senado Federal, 7 de junho de 1978. — Senador *Petrônio Portella*, Presidente.

SENADO FEDERAL
SUMÁRIO

1 — ATA DA 3ª REUNIÃO, EM 7 DE JUNHO DE 1978

2 — ATA DE COMISSÃO

1.1 — ABERTURA

3 — MESA DIRETORA

1.1.1 — Comunicação da Presidência

4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

— Inexistência de quorum para abertura da sessão.

5 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1.1.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão. Encerramento

ATA DA 3ª REUNIÃO, EM 7 DE JUNHO DE 1978
4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura
PRESIDÊNCIA DO SR. HENRIQUE DE LA ROCQUE

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Evandro Carreira — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Wilson

Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Cunha Lima — Marcos Freire — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Heitor Dias — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Roberto Saturnino — Magalhães Pinto — Orestes Quêrcia — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Mendes Canale — Accioly Filho — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Paulo Brossard.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores.

Entretanto, acham-se presentes, em plenário, apenas 8 Srs. Senadores, não atingindo, portanto, o *quorum* mínimo necessário para abertura da sessão, nos termos do art. 180, § 1º, do Regimento Interno.

Nestas condições, vou encerrar a presente reunião, designando para a sessão ordinária de amanhã, a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 1976 (nº 52-B/75, na Casa de origem), que altera o parágrafo único do art. 566 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo

PARECERES, sob nºs 1.044 e 1.045, de 1976, e 921 e 922, de 1977, das Comissões:

— de Legislação Social — 1º pronunciamento: favorável; 2º pronunciamento: (reexame solicitado em Plenário), contrário, com voto vencido, em separado, do Senhor Senador Franco Montoro;

— de Serviço Público Civil — 1º pronunciamento: favorável; 2º pronunciamento: (reexame solicitado em Plenário) ratificando seu parecer anterior.

— 2 —

Votação, em turno único do Requerimento nº 102, de 1978, do Senhor Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da Ordem do Dia baixada pelo Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante-de-Esquadra Gualter Maria Menezes de Magalhães, alusiva ao *Dia da Vitória*.

— 3 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 111, de 1978, do Senhor Senador Daniel Krieger, solicitando tenham tramitação conjunta os Projetos de Lei do Senado nºs 111, de 1976, do Senhor Senador Leite Chaves, e 256, de 1977, do Senhor Senador Nelson Carneiro, que alteram a redação do art. 6º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.

— 4 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 40, de 1972, do Senhor Senador José Lindoso, que dispõe sobre a propaganda comercial de produtos de consumo público, estabelece obrigatoriedade de descrição de qualidades nas respectivas embalagens, e determina outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 308 a 311, de 1973, e 1.010 a 1.013, de 1977, das Comissões:

— de Constituição e Justiça — 1º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade nos termos do Substitutivo que apresenta; 2º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade do Substitutivo de Plenário, com subemendas que apresenta;

— de Economia — 1º pronunciamento: favorável ao Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, com subemenda que apresenta e voto vencido, em separado, do Senhor Senador Luiz Cavalcante; 2º pronunciamento: favorável ao Substitutivo de Plenário e às subemendas a ele apresentadas pela Comissão de Constituição e Justiça;

— de Saúde — 1º pronunciamento: favorável ao Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, com subemenda que oferece; 2º pronunciamento: contrário ao Substitutivo de Plenário, com voto vencido do Senhor Senador Ruy Santos; e

— de Finanças — 1º pronunciamento: favorável ao Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça e à subemenda da Comissão de Economia, e contrário à subemenda da Comissão de Saúde, com voto vencido do Senhor Senador Cattete Pinheiro; 2º pronunciamento: contrário ao Substitutivo de Plenário, com voto vencido, em separado, do Senhor Senador Lourival Baptista.

— 5 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 136, de 1976, do Senhor Senador Lourival Baptista, que altera a Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 944, a 946, de 1977, das Comissões:

— de Constituição e Justiça — 1º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade, e, no mérito, favorável; 2º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade do Substitutivo da Comissão de Legislação Social, nos termos de subemenda que apresenta; e

— de Legislação Social, favorável, nos termos de Substitutivo que oferece, com voto, em separado, do Senhor Senador Nelson Carneiro.

— 6 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 240, de 1977, do Senhor Senador Henrique de La Rocque, que altera dispositivos do Código Penal Militar (Decreto-lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969) e do Código de Processo Penal Militar (Decreto-lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969), e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 878 e 879, de 1977, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com a emenda que apresenta de número 1-CCJ; e

— de Segurança Nacional, favorável ao Projeto e à emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

— 7 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 128, de 1977, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, que altera disposições legais relativas à proteção do trabalho do menor, tendo

PARECER, sob nº 59, de 1978, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela injuridicidade, com voto vencido do Senhor Senador Nelson Carneiro.

— 8 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 144, de 1977, do Senhor Senador Benjamim Farah, que autoriza o Poder Executivo a determinar o pagamento de gratificação especial ao funcionário civil e militar da União, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 940, de 1977, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade e injuridicidade, com voto vencido dos Senhores Senadores Nelson Carneiro e Cunha Lima (dependendo da votação do Requerimento nº 150/78, de adiamento da votação).

— 9 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 232, de 1977, do Senhor Senador Benjamim Farah, que dispõe sobre a aposentadoria especial para o Bombeiro Hidráulico e para o Eletricista do Grupo de Instalações Elétricas, Gás, Hidráulicas e Sanitárias, tendo

PARECER, sob nº 21, de 1978, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela injuridicidade, com voto vencido dos Senhores Senadores Accioly Filho, Leite Chaves, Nelson Carneiro e Cunha Lima.

— 10 —

Discussão, em turno único (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 38, de 1978 — Complementar, do Senhor

Senador Benjamim Farah, que isenta do Imposto sobre Circulação de Mercadorias as operações com gêneros alimentícios de primeira necessidade, tendo

PARECER, sob nº 167, de 1978, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade (dependendo da votação do Requerimento nº 147, de 1978, de adiamento da discussão).

— 11 —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 234, de 1976, do Sr. Senador Franco Montoro, que assegura direitos à promoção e aproveitamento do empregado em atividade privativa de habilitação qualificada, tendo

PARECERES, sob nºs 135, 136 e 889, de 1977, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, favorável;

— de Legislação Social — 1º pronunciamento: favorável; 2º pronunciamento: (reexame solicitado em Plenário), favorável, com voto vencido do Sr. Senador Lourival Baptista e voto vencido, em separado, do Sr. Senador Ruy Santos.

— 12 —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 97, de 1977, do Senhor Senador Benjamim Farah, que dispõe sobre a

propaganda comercial nos uniformes esportivos do atleta profissional de futebol, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 898 a 900, de 1977, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido dos Senhores Senadores Italívio Coelho, Otto Lehmann e Osires Teixeira;

— de Economia, favorável; e

— de Educação e Cultura, favorável, com voto vencido do Senhor Senador Ruy Santos (dependendo da votação do Requerimento nº 131, de 1978, de adiamento da discussão).

— 13 —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 115, de 1977, do Senhor Senador Accioly Filho, que institui a correção monetária nas dívidas exigíveis, pecuniárias ou de valor, tendo

PARECERES, sob nºs 92 e 93, de 1978, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, favorável;

— de Economia, favorável (dependendo da votação do Requerimento nº 132, de 1978, de adiamento da discussão).

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 35 minutos.)

ATA DE COMISSÃO

COMISSÃO DE ECONOMIA

28ª REUNIÃO, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 1977

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e três de novembro de mil novecentos e setenta e sete, sob a presidência do Sr. Senador Marcos Freire, Presidente, reúne-se a Comissão de Economia, com a presença dos Srs. Senadores Augusto Franco, Arnon de Mello, Luiz Cavalcante, Domício Gondim, Agenor Maria, Milton Cabral, Dinarte Mariz e Franco Montoro.

Participam dos trabalhos os Srs. Deputados Carlos Alberto Oliveira, Inocêncio Oliveira, Josias Leite e Sérgio Murião.

A presidência registra a presença, no recinto, do Sr. Geraldo José de Almeida Melo, Prefeito do Município de Jaboatão (PE), e da comitiva de representantes da agroindústria canavieira da região Norte-Nordeste, composta dos Srs. Fernando Antônio de Albuquerque Rabelo, Presidente da Associação dos Fornecedores de Cana-de-açúcar do Estado de Pernambuco; do Deputado Estadual por Pernambuco Antônio Correia de Oliveira; do Sr. Antônio Borges da Fonseca de Menezes, Diretor da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil; e, do Padre Melo, da Diocese do município pernambucano do Cabo.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores José Guiomard, Murilo Paraiso, Vasconcelos Torres, Otair Becker e Roberto Saturnino.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, em seguida, é dada como aprovada.

São lidos, discutidos e aprovados os seguintes pareceres constantes da pauta:

Pelo Senador Milton Cabral:

Parecer contrário ao Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 1977, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de indicadores no chamado 'Telefone Medido'".

Pelo Senador Arnon de Mello:

Pareceres contrários aos seguintes projetos: Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1977, que "fixa os níveis máximos permissíveis de

sons e ruídos produzidos por veículos automotores, regula a fabricação e o uso de acessórios que especifica e dá outras providências"; e, Projeto de Lei do Senado nº 48, de 1977, que "determina medidas sobre as embalagens de detergentes, sabões e outros produtos da espécie, e dá outras providências".

Pelo Senador Luiz Cavalcante:

Parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 1977, que "aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica e Técnica, celebrado em Bagdad, a 11 de maio de 1977, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Iraque".

Pelo Senador Dinarte Mariz:

Pareceres contrários aos seguintes projetos: Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1977, que "declara feriado nacional o dia 12 de outubro"; Projeto de Lei do Senado nº 306, de 1976, que "considera feriado nacional o dia consagrado a Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil"; e, Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 1977, que "dispõe sobre o comércio de armas de fogo e dá outras providências", com voto em separado, vencido, do Senador Vasconcelos Torres.

A presidência determina o adiamento da apreciação dos pareceres dos relatores sobre as seguintes proposições: Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 1977; Projeto de Lei do Senado nº 52, de 1976; Projeto de Lei do Senado nº 181, de 1976; Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1976; e, Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 1977.

Esgotada a pauta, o Sr. Presidente anuncia a exposição a ser feita pelo Sr. Fernando Antônio de Albuquerque Rabelo, Presidente da Associação dos Fornecedores de Cana-de-açúcar do Estado de Pernambuco, sobre "os preços do açúcar".

São convidados para tomar assento à Mesa o expositor, Sr. Fernando Antônio de Albuquerque Rabelo; o Deputado Estadual por Pernambuco Antônio Correia de Oliveira; o Sr. Antônio Borges da Fonseca de Menezes, Diretor da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil; o Sr. Geraldo José de Almeida Melo, Prefeito do município pernambucano de Jaboatão; e, simbolicamente, o Padre

Melo, da Diocese da cidade do Cabo, também, no Estado de Pernambuco.

A seguir, o Sr. Presidente tece considerações a respeito da crise por que atravessa a agroindústria canavieira do País, em especial, ar do Nordeste, e declara que, sabedor da presença, em Brasília, da comitiva chefiada pelo Sr. Fernando Antonio de Albuquerque Rabelo, tomou, então, a iniciativa de convidá-lo para que fizesse perante a Comissão de Economia do Senado, uma exposição sobre o assunto, a quem passa a palavra.

O Sr. Fernando Antonio de Albuquerque Rabelo agradece a honra do convite que lhe fez a presidência da Comissão para trazer ao conhecimento da Casa o problema da agroindústria canavieira, e aborda o tema citando que a crise que atualmente atinge a atividade agroindustrial açucareira resulta de dois fatores essenciais, a saber: 1) a compressão acentuada dos preços; e, 2) a inconstância existente nos órgãos que executam o planejamento do setor.

Prosseguindo, o ilustre conferencista faz uma análise detalhada sobre os componentes básicos dos custos da cana-de-açúcar, a evolução geral dos seus preços; e, os seus efeitos sobre o preço final do açúcar.

No decorrer de sua palestra, o Sr. Fernando Antonio de Albuquerque Rabelo dá conhecimento aos presentes de todo o teor de um memorial entregue ao Sr. Ministro da Indústria e do Comércio, no qual estão consubstanciados os pleitos dos fornecedores de cana da Região Norte-Nordeste.

Usam da palavra, para debater o assunto, os Srs. Senadores Dinarte Mariz, Luiz Cavalcante, Domício Gondim, Agenor Maria, Milton Cabral e Franco Montoro e os Srs. Deputados Josias Leite, Carlos Alberto Oliveira, Sérgio Murió e Inocêncio Oliveira.

Esgotado o período destinado aos debates, o Sr. Presidente agradece a presença de todos e, em especial, ao Sr. Fernando Antonio de Albuquerque Rabelo, pela acolhida dada ao seu convite, determinando, em seguida, que as notas taquigráficas da presente exposição, logo que forem traduzidas, sejam publicadas em anexo a esta Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Daniel Reis de Souza, Assistente da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ANEXO À ATA DA 28ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ECONOMIA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 1977, REFERENTE À PALESTRA PROFERIDA PELO SENHOR FERNANDO ANTONIO DE ALBUQUERQUE RABELO, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS FORNECEDORES DE CANA-DE-AÇÚCAR DO ESTADO DE PERNAMBUCO, SOBRE "OS PREÇOS DO AÇÚCAR". QUE SE PUBLICA DEVIDAMENTE AUTORIZADO PELO SR. PRESIDENTE.

*PRESIDENTE: SENADOR MARCOS FREIRE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR VASCONCELOS TORRES*

Integra do apanhamento taquigráfico da conferência

O SR. PRESIDENTE (Marcos Freire) — Esgotada a apreciação das matérias constantes da pauta, passemos agora, à exposição do Dr. Fernando Rabelo, Presidente da Associação dos Fornecedores de Cana-de-Açúcar do Estado de Pernambuco, sobre "os preços do açúcar".

Convidamos para tomarem assento à Mesa, o Dr. Fernando Rabelo, o Deputado Antonio Correia de Oliveira, o Dr. Antonio Borges da Fonseca de Menezes, Diretor da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil, o Prefeito Geraldo Melo, do Município de Jaboatão, e o Padre Melo, simbolicamente.

Esta presidência registra, com muita satisfação, a presença de elementos ligados às Associações de Fornecedores de Cana do Brasil, em especial de vários Estados do Nordeste.

Ao mesmo tempo, quer, desde logo, agradecer aos jornalistas integrantes da imprensa brasileira, que aqui nos honram com a sua presença e evidenciam o interesse dos homens da comunicação por assuntos de real interesse coletivo.

A Presidência da Comissão de Economia, externando a preocupação de todos os membros desta Comissão, não poderia ficar alheia à grave crise da agroindústria açucareira, esta atividade básica para todo o Brasil, em especial para o Nordeste. Podemos dizer que, até 1930, a região que representamos nesta Casa, juntamente com o Estado do Rio de Janeiro, atendia quase a totalidade do consumo de açúcar de todo o País.

Infelizmente, nas últimas décadas, a agroindústria do açúcar entrou em crise, e essas crises vêm-se sucedendo, de tal forma que, ainda ontem, no plenário do Senado Federal, inúmeras vozes se levantavam, independentemente de partidos políticos, e mostravam as dificuldades que estão sendo enfrentadas pelas usinas, pelos plantadores de cana, e pelos trabalhadores da zona canavieira.

Aproveitando a presença, em Brasília, de uma comitiva composta de plantadores de cana e fornecedores de cana, além de presidentes de Associações de Fornecedores de Cana, esta Presidência tomou a iniciativa de convidar o Dr. Fernando Antônio de Albuquerque Rabelo, Presidente da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco, para que fizesse à Comissão de Economia uma exposição.

A comitiva já foi recebida por Ministros de Estado, mas acreditamos que este assunto não diz respeito apenas ao Executivo. Sendo esta Casa do Congresso Nacional sensível aos problemas do povo brasileiro, julgamos que é da maior importância a presença, aqui, destas personalidades que representam instituições que estão intimamente ligadas à questão açucareira.

Portanto, com muita honra, agradeço a presença da imprensa, dos Srs. Jornalistas e das demais ilustres figuras aqui presentes, inclusive a do Padre Melo, de quem podemos divergir politicamente em tantos aspectos, mas que é um homem profundamente conhecedor do drama que vive a zona canavieira de Pernambuco e de todo Nordeste.

Com a palavra, o Dr. Fernando Rabelo, Presidente da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco.

O SR. FERNANDO RABELO — Sr. Presidente da Comissão de Economia, Srs. Senadores e Deputados, demais pessoas aqui presentes.

Muito me honra este convite efetuado para, representando a comunidade canavieira das Regiões Norte e Nordeste, dirigir a palavra a esta Casa, Casa da mais alta representatividade do povo brasileiro. Igualmente, honra-me a condição de pernambucano que sou, como também o é o Presidente desta Comissão, Senador Marcos Freire, que, como todo pernambucano, está ligado por raízes históricas profundas à cana e ao açúcar, quer seja por fatores sociais — económicos ou até por motivos atávicos.

A cana-de-açúcar, os Srs. sabem, foi introduzida em nossa terra, no Estado de Pernambuco, segundo alguns, na Ilha de Itamaracá, segundo outros, no Engenho Nossa Senhora da Ajuda, no Município de Olinda; por isto, por raízes históricas, todo o pernambucano se acha irrecorridavelmente ligado à cana-de-açúcar.

Quanto à crise que atualmente atinge a atividade agroindustrial açucareira, entendo que esta problemática, principalmente, resulta de dois fatores: a compressão acentuada dos preços, nos últimos decênios, ao mesmo tempo em que uma certa inconstância existe nos órgãos que executam o planejamento do setor. A cana e o açúcar vêm sofrendo, principalmente nos últimos 10 anos, uma defasagem violenta em função da evolução do preço de todos os demais produtos.

Se fizermos uma relação entre os produtos básicos na composição dos custos da cana-de-açúcar, vamos verificar que eles evoluíram algumas vezes mais do que o preço oficial fixado para a cana; adubos, insumos, implementos, até o custo da mão-de-obra, tudo evoluiu.

Se formos falar em combustíveis, que têm um peso significativo no custo da cana-de-açúcar com a evolução dos preços do petróleo, por fatores inclusive incontroláveis para a economia interna da Nação, verificaremos que o fornecedor, o plantador de cana, está sendo grandemente onerado por esta circunstância. O transporte de cana dos campos, as esteiras das usinas, representa para o plantador mais de 20% do valor bruto de sua matéria-prima.

Procurando sintetizar, numa análise única, o que foi a evolução dos custos gerais sobre a cana-de-açúcar, eu pretendia trazer aqui ao conhecimento dos Senhores um ponto de vista já externado por ocasião de recente entendimento com S. Ex^e o Sr. Ministro da Indústria e do Comércio, ao qual entregamos um Memorial, oportunidade em que analisávamos englobando numa cifra só, o que era a evolução geral dos preços e seus efeitos sobre a cana-de-açúcar.

E fizemos nos seguintes termos:

Para que se tenha idéia do que representou o processo de descentralização progressiva dos fornecedores de cana do Nordeste, basta atentar, à guisa de ilustração, para o cálculo que se segue, segundo o qual a diferença entre os índices gerais de preço, no conceito de disponibilidade interna (taxa de desvalorização da moeda) e os índices de preços líquidos (sem subsídio) da tonelada de cana é expresso em funções econômicas, objetivando a mensuração de prejuízo líquido implícito do setor canavieiro, a saber:

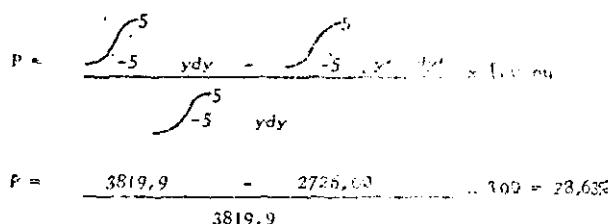
1) Índice geral de preços (disponibilidade interna):

$$\begin{aligned} y' &= a + b^x \\ y &= 317,1894 + 1,235867^x \end{aligned}$$

2) Índice de preços líquidos da tonelada de cana

$$\begin{aligned} y' &= a + b^x \\ y &= 238,2153 + 1,202001^x \end{aligned}$$

A área compreendida entre as duas curvas de regressão deviamente ajustadas (y e y') representada no Gráfico I (gap) corresponde a perda embutida (P) do valor do preço real da tonelada de cana-de-açúcar, a qual se quantifica através de:



Desenvolvendo essa fórmula chegamos à conclusão da existência de um *gap* fazendo este comparativo contra a cana-de-açúcar, em percentual de 28,63%, nos últimos 10 anos.

Continuamos a exposição feita ao Ministro:

Ora, considerando-se que no período contemplado, isto é, safras de 1966/67 a 1976/77, foram moídas 140,0 milhões de toneladas de cana no Nordeste, estima-se que, aos preços líquidos atuais da toneladas de cana de fornecedores, a perda implícita so do setor canavieiro foi de cerca de 18,0 bilhões de cruzeiros, em consequência da empírica política de preços adotada. O balanço dessas cifras com os 2,0 bilhões de cruzeiros aplicados pelo Governo como subsídio ao setor resulta ainda desfavorável para o fornecedor de cana, o que vale dizer, a política de preço subsidiado não compensou as perdas sofridas. As perdas reais foram de 16 milhões de cruzeiros, se se balancear os 2 milhões que foram subsidiados.

Continuávamos, usando outros dados que também submetemos à análise do Sr. Ministro da Indústria e do Comércio, nos seguintes termos:

Para que se possa ter uma visão objetiva do que está ocorrendo, sem quaisquer artifícios, mas tomando-se em conta apenas dados de origem governamental e de órgão integrado no sistema oficial de apuração de valores e índices, ou seja a Fundação Getúlio Vargas, é oportuno oferecer os seguintes subsídios:

1) Em março de 1975, a Fundação Getúlio Vargas, por solicitação do Instituto do Açúcar e do Álcool, procedeu a levantamentos e apuração dos custos de produção da cana e do açúcar, concluindo pelo valor de Cr\$ 130,01 para a tonelada de cana;

Ressalte-se, de passagem, que não foi este o preço oficial fixado.

2) Na mesma época, as obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional, ou seja, títulos públicos federais, estavam cotados na base de Cr\$ 110,18, à vista do que o valor apurado para a tonelada de cana guardaria a relação de 1,18,8% por unidade do mencionado título;

3) No momento, ou seja, no corrente mês de novembro, a ORTN está cotada em Cr\$ 230,30;

4) No citado mês de novembro, segundo atos emanados do Instituto do Açúcar e do Álcool, o preço da tonelada de cana, inclusive o ICM, foi fixado em Cr\$ 179,76; adicionada a esta quantia o valor do subsídio, ou seja, da verba de complementação do preço do produto, no importe de Cr\$ 38,66, verificar-se-á que o valor global da tonelada de cana foi estabelecido em Cr\$ 218,32;

5) Considerados os valores referidos nos itens 1, 2 e 3 e procedendo o confronto entre os valores da ORTN e da tonelada de cana, verificar-se-á que o preço desta deveria ser estabelecido em Cr\$ 273,59.

Procurando fazer um comparativo: esse hiato de 28% a que anteriormente me referi, foi um levantamento procedido pelos fornecedores de cana da região Norte-Nordeste, onde comprovávamos que à evolução dos índices gerais de preços e à evolução do preço oficial da cana, existia contra ela uma defasagem de 28,63%.

Se aplicarmos esse valor sobre o preço atual da tonelada de cana, vamos encontrar um valor de Cr\$ 279,44. Então, por estas duas afirmações, vamos comprovar valores muito semelhantes, quer corrigindo o trabalho da Fundação Getúlio Vargas, que no momento representava o Instituto do Açúcar e do Álcool, quer se aplique o percentual encontrado pelos plantadores de cana.

Além do mais, agravando esta situação, referi-me no início a dois fatores que contribuíram decisivamente para a problemática agropecuária: eram a compressão dos preços e a inconstância para o planejamento do setor. A inconstância do planejamento para o setor, paralelamente, também trouxe prejuízos substanciais.

Faço, aqui, um depoimento pessoal, referindo-me à convocação feita, nos idos de 1965, a minha pessoa como representante dos plantadores de cana de Pernambuco, para, juntamente com colegas de outras regiões, sermos recebidos pelo Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool.

Na oportunidade, existia a euforia dos grandes preços do açúcar, e o Presidente do Instituto, reunindo-nos, pediu que convocássemos o setor canavieiro para partir numa arrancada de produção, permitindo, assim, ao Governo, dispor de maior quantidade de açúcar para a exportação, pois era entendimento da época de que a segurança do mercado de exportação ultrapassaria em muito o ano de 1980. Ao mesmo tempo, afirmava-nos aquele representante do Governo que seria modificada a política de preços para o setor, e neste sentido já o estava sendo pelo Instituto do Açúcar e do Álcool, contratando a Fundação Getúlio Vargas para dar cumprimento aos mandamentos da Lei nº 4.870, que dizia que os preços teriam que ser fixados em compatibilidade com os custos. Igualmente, era anunciada a abertura de linhas de crédito para a expansão da produção.

Os plantadores de cana, ouvindo a mensagem que nós, representantes de classes, a eles levamos, atenderam ao apelo, naquele momento, do Governo e partiram para a expansão da produção, o que

foi feito, diga-se de passagem, até ao arrepião do Estatuto da Lavoura Canavieira, pois essa expansão da produção não foi feita com o seu devido contingenciamento, embora deva aqui depor: por diversas vezes, como representante de classe, tenho me dirigido às autoridades responsáveis, solicitando que seja fixado o contingenciamento da produção, pois a segurança do produtor canavieiro seria a cota, a garantia de ter aonde entregar para a industrialização a sua matéria-prima. Isso não foi feito. Mas o setor teve o melhor dos desempenhos. Embora colhido de surpresa, para aqui fazer esta exposição, ainda tive condições de, ontem, levantar alguns dados que acho interessante aqui citar:

Em 1971, a região Norte-Nordeste produzia, em canas próprias, isto é, produzidas pelos usineiros, 8 milhões e 97 mil toneladas, que representavam 43% da produção; os fornecedores, 10 milhões 533 mil toneladas, que representavam 57% da produção.

Em 1977, na safra de 76/77, sete anos depois, o setor de distribuição da produção estava da seguinte maneira: os usineiros tinham da cana própria 12 milhões 335 mil toneladas, isto é, 36%. Os fornecedores tinham 21 milhões 834 mil toneladas, isto é, 64%.

Houve, na realidade, neste período, a duplicação da produção dos plantadores de cana, o que deixa inteiramente à margem a suspeita de que houve desvios dos recursos aplicados, dos financiamentos aplicados, no setor. O setor atendeu à convocação e aplicou os recursos que a ele foram alocados. No entanto, embora tenha sido prometido, como aqui me referi, o abandono da política de preços políticos, e sim, o cumprimento do que manda a Lei nº 4.870, da fixação de preços reais, ocorreu, entretanto, que os preços continuaram — apesar do assunto encontrar-se em fase favorável — recalados. Os fornecedores de cana modificaram o seu sistema de trabalho, quando ouviram aquela promessa de que os preços seriam corrigidos e que deveriam existir linhas de crédito para aumentar a produção. Por uma experiência de economia empírica especificamente do setor, a menor produtividade por área que existia na época resultava, em termos de economia, em maior economicidade para a produção. Parece um absurdo. No entanto, em cana-de-açúcar, onde o rebrote das raízes permite novas colheitas com a produtividade mais baixa e o aproveitamento em anos, por maior período em repetição de mais anos das colheitas sem as despesas necessárias à implantação que dá maior produção por área, significa, em termos econômicos, melhores resultados. Essa prática foi abandonada. Todos procuraram produzir mais. E, então, juntando-se estes custos mais altos ao endividamento que tinha ocorrido com estas linhas de crédito em aberto e os preços recalados da cana, chegamos à contingência de não termos condições de efetuarmos mais os pagamentos dessas obrigações.

Ontem, ouvi, aqui, no próprio Senado Federal, pronunciamento do Senador Virgílio Távora, em aparte ao Senador Marcos Freire, no qual ele se referia que tinham sido alocados ao setor agro-industrial açucareiro 10 milhões de cruzeiros, dos quais 55% teriam ficado com o setor industrial e 45% com o setor agrícola. Tive o cuidado de tomar nota desses dados; significou o setor agrícola receber, sob a forma de empréstimo, 4 bilhões e 500 milhões. Como as canas próprias representam 36% e as canas de fornecedores 64%, fiz a aplicação de que 64% desses recursos tinham sido contratados, financiados a fornecedores de cana. Significa, aplicando esses números, que dos 4 bilhões e 500 milhões de cruzeiros que foram destinados ao setor, os fornecedores de cana contraíram empréstimos no valor de 2 bilhões e 880 milhões. O que, se dividindo pelo número de toneladas de cana produzidas na safra 76/77, 21 milhões e 834 mil, resultava em um endividamento, por tonelada de cana, de Cr\$ 131,00.

Este número me impressionou muito, pois em levantamento efetuado por amostragem na Associação dos Plantadores de Cana de Pernambuco, e até também oficialmente apresentado através de Memorial ao Governador do Estado, que o trouxe ao Ministro da Indústria e Comércio, estimávamos que pela amostragem colhida o endividamento médio da classe era de Cr\$ 135,00 por tonelada de cana. Como, no momento, o preço líquido recebido pelo plantador de cana, por uma tonelada, é de Cr\$ 179,00, havendo o endividamento,

mesmo nesta ordem, segundo os dados que aqui tomei, vão restar apenas Cr\$ 48,00 para proceder aos trabalhos da colheita.

Ai está o ponto capital da crise e a necessidade imediata de providências, antes que seja tarde. Aqui estamos, depois de 400 anos de desempenho da cana em Pernambuco, assistindo à paralisação desta atividade.

O custo da colheita de uma tonelada de cana, na região Norte-Nordeste, em nenhuma hipótese situa-se abaixo da faixa dos Cr\$ 95,00; é uma operação aritmética das mais simples. Logo, para colher uma tonelada de cana, na safra atual, tem o fornecedor de cana de subsidiá-la com recursos de qualquer outra fonte, com esta diferença entre Cr\$ 48,00 e Cr\$ 95,00. Isto a curto prazo gerará, por certo, uma paralisação total do setor canavieiro, por absoluta falta de recursos para manter o funcionamento normal de suas empresas. Por outro lado, também, analisamos o tratamento dado a outros produtos agro-industriais, cujos preços tiveram, neste mesmo período, evolução muito maior do que a dos preços de cana; cito, de passagem, o algodão, o café, o milho, o fumo, alguns deles com seus preços fixados pela Comissão de Financiamento da Produção; a cana, pelo Conselho Monetário Nacional; o café, pelo IBC, mas encontro uma paridade muito grande entre a cana e o café; ambos fazem parte de setores da agricultura, onde são controlados numa forma de economia dirigida. No entanto, o café, no momento atual, sob a justificativa de que se deve estimular a produção, teve um aumento dezenas e dezenas de vezes superior do que a evolução do preço do açúcar. Entretanto, o setor açucareiro, nos anos de 1974, 1975 e 1976, com a exportação, em 1974, de 1 milhão, 238 mil e 200 toneladas métricas de açúcar, auferiu para a Nação um resultado de 309 milhões, 558 mil e 565 dólares. No exercício de 1975, exportamos, em toneladas métricas, 1 milhão, 729 mil, 910, que deu um resultado de 1 bilhão, 52 milhões, 412 mil dólares; no ano de 1976, exportando 2 milhões, 302 mil e 262 toneladas métricas, tivemos um resultado de 1 bilhão, 338 milhões, 424 mil dólares. Isso significou, em números gerais, um valor de 2 bilhões, 800 milhões, 394 mil e 630 dólares, resultado que foi uma contribuição do setor agro-industrial açucareiro para a Coletividade brasileira. No entanto, neste mesmo período, conforme, aqui, já anteriormente analisamos, continuou a cana a merecer um tratamento discrepante daquele que está, no momento, sendo dado ao café.

As implicações sociais que essa crise traz em seu bojo, atinge diretamente, no Nordeste, a 18 mil empresários rurais, que são a classe dos plantadores de cana, naquela região. Atinge, talvez, mais de 800 mil trabalhadores rurais, que, no momento, têm sua garantia de emprego na cana-de-açúcar e, inclusive — é importante que se citemos — na região Norte-Nordeste, o trabalhador rural vinculado à cana talvez seja o único que receba ordenados superiores aos fixados pelo salário mínimo regional. Em recente reunião, na Delegacia do Trabalho, em Pernambuco, o Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais recusou um convênio onde se estabeleceria tabelas de preço, dizendo que não havia conveniência para os trabalhadores, uma vez que o mercado livre, como estava, permitia a eles receberem mais.

Além desse engajamento direto, também o setor canavieiro, talvez como um dos poucos exemplos, no Brasil, não deixa de ter a solidariedade, que deveria ser generalizada, entre patrões e empregados, um por cento do resultado bruto da cana-de-açúcar é destinado à assistência social, através dos órgãos de classe. No caso de Pernambuco, que aqui pude levantar de memória, em termos de números, atendemos, no ano passado, 215 mil pessoas em 20 ambulatórios, pertencentes à Associação dos Produtores de Cana de Pernambuco, talvez o maior sistema assistencial privado do Brasil. Gastamos, com contribuição dos fornecedores, mais de 15 milhões de cruzeiros.

Tudo isso, toda essa estrutura sofrerá, por certo, a derrocada com o desmoronamento que se prenuncia para o setor. Isso agravará o que? Agravará as tendências que já se sentem patentes. Segundo o censo efetuado pelo IBGE, em 1970, da região Norte-Nordeste

emigraram 1 milhão e 600 mil pessoas para a região Sudeste, e o que emigrou, por certo, era o que existia de mais nobre na mão-de-obra disponível. É o Nordeste que evaziando, representando a cana no Nordeste o maior suporte econômico. Essa compressão, esse evaziamento, essa queda do poder da cana-de-açúcar também traz amarrado a si a queda do Nordeste. Srs. Representantes do Nordeste, aqui presentes, é um fato alarmante quando se lê a história e se vê que paralelamente à queda da importância do açúcar, há a queda da região nordestina. No Império, os grandes do Brasil eram representantes do Nordeste; podemos citar Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda Regente do Império; Cansanção de Sinimbu, Zacarias Borges de Vasconcelos (Barão de Cotelipe); Conselheiro João Alfredo. Os primeiros mandatários do País, na época, eram elementos vinculados à região e originários da região Norte-Nordeste. Paralelamente à queda do poder econômico da região Norte-Nordeste, que era representado pela cana-de-açúcar, com o consequente deslocamento para outras áreas, também essas representações de nordestinos responsáveis pelos altos destinos da Pátria começaram a desaparecer. Na República, ainda, tivemos Vice-Presidentes, mas, depois, simples Ministério da Agricultura, do qual, se não me engano, o ex-Senador João Cleófas foi um dos últimos nordestinos a ocupar. O Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool tinha que ser um nordestino, mas hoje não é mais; o Nordeste, com essa queda, com esse evaziamento da sua economia, que tinha como suporte a cana, perdeu a representatividade dos destinos, da força de mando da Nação.

Sobre um aspecto da máxima atualidade, a crise energética com que se defronta a Nação, achei conveniente referir-me ao álcool. O Programa Nacional do Álcool está lançado, muito embora ainda não tenha demarrado para os seus altos destinos. No entanto, o plantador de cana, a figura do fornecedor de cana foi excluído, escoimado deste novo sistema produtivo nacional. Não sabemos a razão. No setor açucareiro, apesar de 400 anos de desempenho, não pode prescindir-se dessa figura do fornecedor. Nos lendários bangüês havia o lavrador; com o desenvolvimento das usinas, esse lavrador cresceu e transformou-se no fornecedor da cana. Hoje, no Nordeste, como há pouco disse, representa 64% da produção. No momento em que se pensa desenvolver o Plano do Álcool, se afasta essa figura do plantador de cana, contribuindo para o desenvolvimento desse plano. Confesso não entender por que, se são razões de ordem técnica ou são razões de ordens políticas. Acredito que de ordem política não são, pois o atual Presidente da República, no Plano Nacional do Desenvolvimento, refere-se à necessidade de maior distribuição de renda, e uma maneira de assim fazer seria a criação, o fortalecimento e o estímulo de médios empresários.

Concluindo, numa análise geral do setor, o foco, a raiz, a causa, de todos os problemas originam-se no preço; no entanto, existe um órgão específico, o Instituto do Açúcar e do Álcool, criado em 1933 com uma filosofia única de formar uma economia dirigida para o setor. Entretanto, apesar de existir legislação, como a Lei nº 4.870, que manda que o preço seja sempre fixado em função de seus custos reais, nós vemos, pelo seu descumprimento, que estamos chegando a resultados como o que, hoje, aqui me refiri. Inclusive, isso contraria a própria filosofia que justificou a criação do Instituto do Açúcar e do Álcool.

Na economia dirigida é máxima "deve ser garantido o preço e o mercado", ou então não há sentido de a economia ser dirigida.

Por esta razão — já alonguei demais — pretendo encerrar a minha exposição, nesta Casa, fazendo a leitura da conclusão, nos mesmos termos que apresentamos a S. Ex* o Sr. Ministro da Indústria e do Comércio:

Nessa conformidade, os fornecedores de cana da Região Norte-Nordeste formulam os pleitos a seguir consubstanciados, certos de que Vossa Excelência dará aos mesmos o indispensável acolhimento e promoverá as providências cabíveis para o seu pronto deferimento e eficácia.

I) A fixação de um justo preço para a cana-de-açúcar, de modo a possibilitar o prosseguimento da colheita da safra em andamento, que está correndo o risco de ser interrompida pela total impossibili-

dade dos plantadores de cana atenderem às despesas de corte e transporte do seu produto, e às pesadas retenções para amortização dos seus débitos, perante o I.A.A e o Sistema Bancário.

À guisa de esclarecimento, queria relatar a Senhores que esta correção de preço, mesmo que tivesse repercussão para o consumidor, não teria dimensão que poderíamos pensar. Senão, vejamos: consumindo o brasileiro *per capita* 43 quilos de açúcar e custando o quilo de açúcar, no varejo, Cr\$ 4,95, se fizéssemos uma correção no preço da cana e ele repercutisse no preço do açúcar, nos seus índices, conforme aqui analisamos, com a correção daquele estudo de 1975, da Fundação Getúlio Vargas, que significa vinte e poucos, vinte e cinco e fração, aplicado esse valor sobre o que representa em cruzeiros o consumo médio de açúcar nacional, que é Cr\$ 212,85, iríamos encontrar que o brasileiro tem um peso diário de 58 centavos para o seu abastecimento de açúcar. Um aumento de 25% significaria transformar esses 58 centavos em 71 centavos. O brasileiro suportou a correção dos outros produtos, talvez em benefício da economia geral; a carne teve correções enormes, nos últimos tempos, o café, nem se fala; os outros bens de consumo tiveram elevação imensa; aluguéis, vestuário, etc. Por que vamos deixar que um setor que tanto representa para a economia de uma região que tantos recursos gerou, morra de inanição para que não se tome essa medida? Lembro-me de uma audiência com um Ministro de Estado, onde também estava presente — não sei se ainda lhe vai na lembrança — o Senador Luiz Cavalcante, quando, analisando a questão da fixação do preço político para a cana e o açúcar, dizia ele, com uma franqueza admirável, que, pretendendo na época o Governo conter a inflação e sendo a cana e o açúcar fatores dirigidos da economia facilmente controláveis, tinha entendido de usar esse controle para que fosse evitado o aumento da inflação. Dessa audiência saímos com o raciocínio e o comentário de que os plantadores de cana eram punidos por serem disciplinados; sempre tinham que suportar um peso a mais pela nacionalidade.

Por essas razões, concluo que a correção do preço de cana não criaria um problema insuportável para o consumidor brasileiro.

Outro item que solicitamos ao Ministro da Indústria e do Comércio: como ao longo desses 10 anos e na frustração daquela programação que não foi cumprida houve um endividamento substancial do setor, nós solicitávamos que, após a correção do preço da cana, fosse também reduzido do valor correspondente a 50% a cobrança dos débitos de financiamento, para posterior estudo, visando um reescalonamento; então, como sempre, o setor canavieiro estaria disposto a saldar seus compromissos. Em suma, tivemos o endividamento em função de uma inconstância do planejamento setorial, é com o não cumprimento da promessa de preços reais ficamos obrigados a nos endividar mais para subsidiarmos a continuação dos trabalhos; e, no momento, como única alternativa de sanear o setor, resta a correção do preço; para que não mais se precise de subsídios, e o reescalonamento do débito para que seja possível pagá-lo parceladamente.

Já me alonguei demais. Quero agradecer a atenção de todos que aqui me ouviram, pedindo desculpas pelo possível embaraçamento de idéias que a minha inexperiência em falar, em expor, tenha causado; também, o fato de ter sido ontem à tarde convidado para hoje fazer essa exposição não me permitiu maior ordenamento nos dados que aqui deveria expor; em muitos, tive que recorrer à memória, por estar vivendo há 4 anos o dia-a-dia dessa problemática, como representante de classe.

Finalmente, pedindo desculpas a todos, pelo tempo que tomei, só tenho a agradecer aos Senhores e colocar-me à disposição desta Comissão de Economia todas as vezes que se fizer necessário algum esclarecimento que eu possa dar.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Freire) — As palavras e sobre tudo os dados arrolados pelo Dr. Fernando Rabelo, Presidente da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco, evidenciam a extensão e a gravidade do problema canavieiro do Nordeste do País.

Esta Presidência faculta a palavra ao Srs. Membros da Comissão e Parlamentares.

Concede a palavra ao Senador Dinarte Mariz.

O SR. DINARTE MARIZ — Sr. Presidente, não sou um especialista no assunto, até mesmo porque o meu Estado é um Estado de pequena cultura canavieira. Mas diante da exposição feita, com tanto detalhe, pelo nobre Representante da classe plantadora de cana no Nordeste, eu me permito fazer uma consideração rápida sobre o assunto. Primeiro, porque notei que, quando ele falou na questão do preço internacional, ele teceu considerações sobre o algodão, que está incorrendo na mesma falha.

Nós temos o preço mínimo para o algodão, e o Governo está financiando; ele não está comprando, ele está financiando o preço mínimo que assegurou ao produtor. Mas, além do aumento de custo da produção — como muito bem frisou S. Ex^t, bem alterada nesta hora para todos aqueles que lidam com agricultura — nós temos uma diferença do preço do ano passado de cerca de 30 a 40% do produto. Conseqüentemente, o algodão é o mesmo problema. E por quê? Porque está acontecendo com a cana-de-açúcar a mesma coisa que fizemos com o algodão. É o preço internacional, é a qualidade internacional; o nosso setor têxtil, não industrial, não absorve toda a nossa produção e nós ficamos sujeitos ao preço interno. Isso é comum, principalmente no setor agrícola. São aquelas fases de grande evolução nos preços e outra de decadência. A cana-de-açúcar está, neste momento, como está o algodão.

O café é diferente! O café está atravessando a fase de maior preço na sua história, o preço externo, e o Governo faz muito bem quando está procurando aumentar a sua produção, porque realmente grande faixa de moeda que nós temos na agricultura está no café. Nós tivemos uma geada, que acabou com grande parte da plantação de café, e o Governo teve que financiar. Está perfeito, não há nenhuma crítica a fazer nesse setor.

Agora, a cana-de-açúcar, tenho a impressão que só o preço mínimo resolve, porque se nós temos a cana-de-açúcar para consumo na base de apenas 1/3 da produção, sendo 2/3 para exportação, então nós temos que recorrer talvez a um estudo de mais profundidade. Segundo essa grande figura de nordestino, moço e fogoso na defesa de seu ponto de vista, que é o Padre Melo, que está aqui a meu lado, ele discute com muita proficiência, ao meu ver, que o problema é estudar a outra alternativa, que é mudar para o álcool. Já tem muita coisa preparada para transformar a cana-de-açúcar em álcool em vez de açúcar; acho que é uma das coisas que se deve fazer com urgência.

E com relação ao mais, o que o Governo podia fazer nesta hora — e talvez atendesse — seria o escalonamento das dívidas do plantador de cana; talvez isso fosse uma das medidas mais urgentes e que viria ao encontro do que realmente a classe está reivindicando, agora.

Tenho a impressão de que os problemas do Nordeste são diariamente discutidos aqui, exatamente porque a nossa situação econômica é cada dia mais precária. Quando o nobre Representante dos Plantadores de Cana se referiu a perdas, àquela situação política que nós gozávamos no passado, isto não é mistério, porque todos nós sabemos que o problema político está muito vinculado ao econômico. O Centro-Sul do País se desenvolveu à custa, um pouco, do que nós produzimos. Os nossos dólares, que nos vinham quando exportávamos a cana-de-açúcar, no tempo do Império, foram para fazer a industrialização do Centro-Sul do País. E, conseqüentemente, o problema econômico foi acompanhado do problema político; não podia deixar de assim ser.

O que deve acontecer nessa hora são os estudos. Creio que o Nordeste precisa fazer um estudo de avaliação sobre o nosso problema econômico. Nós temos que estudar, que analisar, que fazer um projeto; estão falando aí — e deve vir realmente — em uma emenda constitucional, e nós do Nordeste devemos nos juntar para pelo menos apresentarmos esse projeto, para que, amanhã, as gerações que irão chegar, tenham o conforto que nós temos atualmente, de verificar que os nossos homens do passado nunca esqueceram a nossa região. Nunca! Aqui, nós tivemos representantes os mais ardor-

osos na defesa da economia da nossa região, sempre sofrida e sempre reclamando do Governo as soluções adequadas.

Eram essas as observações que eu queria fazer e me congratular e felicitar o representante de Pernambuco.

O SR. LUIZ CAVALCANTE — V. Ex^t me permite um aparte?

O SR. DINARTE MARIZ — Com muito prazer.

O SR. LUIZ CAVALCANTE — Falou V. Ex^t na sua impressão de que a solução é partirmos para o álcool. Este, na verdade, já se torna um ponto de vista nacional. Não há outra solução senão o álcool. Mas, infelizmente, o álcool vai apenas engatinhando; não sei se já saiu do lugar, mesmo.

Aqui, segundo *O Estado de S. Paulo*, de 26-4-77, há um artigo que diz sobre a morosidade do programa do álcool, e o *O Estado* revela que, em 1976, o Brasil conseguiu misturar álcool à gasolina na proporção de 1,19%, portanto muito menos de 2%.

Aqui, já mais recente, o *Jornal do Brasil*, de 27-12, diz que o plano de álcool para a safra 76/77 é de 260 milhões de litros.

Ora, meu caro amigo, 260 milhões de litros daria apenas 1,33%. Então, o aumento é ínfimo em relação ao ano passado.

O plano do álcool prevê que para 1980 deveremos produzir 3 bilhões e 900 milhões de litros; isto, para assegurar apenas 20% da mistura. Então, para produzir estes 3 bilhões e 900 milhões de litros, nós precisaríamos de cerca de 300 destilarias, das quais 150 de 60 mil litros e 150 de 120 mil litros.

Então veja V. Ex^t; V. Ex^t tem inteira razão quanto ao problema, pois praticamente não foi dada a saída do programa do álcool.

O SR. DOMÍCIO GONDIM — Permita-me V. Ex^t um aparte?

O SR. DINARTE MARIZ — Pois não.

O SR. DOMÍCIO GONDIM — Como nordestino, também gostaria de dar um exemplo de que efetivamente esses custos estão desfasados. Mas, a defasagem é um problema que abrange todo o setor industrial e agroindustrial brasileiro, no momento atual. Essa defasagem poderia ser bem minorada e diminuir este custo: é o custo do dinheiro. Este é realmente o grande problema, e é precisamente nesta Comissão que temos que discutir o assunto, porque, nas condições atuais que o Brasil atravessa, é uma verdadeira — vamos dizer talvez — incoerência que enquanto se libera o custo do dinheiro, se comprime, se controla o produto agroindustrial e o produto agrícola típico. E por esta razão, nós não podemos nunca ter um equilíbrio. É interessante que se faça uma análise, uma análise simples, uma análise chã, uma análise de pés no chão, como eu chamaria: que se tome uma empresa do próprio Governo, que opere no setor financeiro, e uma empresa que opere no setor industrial agrícola; esta, ao correr dos anos, estará se descapitalizando ao passo que a que opera no setor financeiro estará cada dia com a sua rentabilidade melhor. Isto não existe em outros países. E além disso, houve o agravamento da situação com a maioria dos produtos perdendo preço. Não foram só os produtos agrícolas que caíram de preço no mercado internacional; foram, também, os produtos industrializados e até os metais e não-ferrosos. Tomando-se um exemplo, em 1974 — e aí eu poderei dar uma informação muito importante, no caso — a cotação do zinco no mercado internacional era em torno de 2 mil dólares, CIF-RIO; hoje é 600 dólares a cotação do mesmo material.

Preconiza-se uma crise nos produtores nacionais. Por quê? Exatamente pela defasagem de preço. Isto está acontecendo! Mas, o ponto mais importante, mais crucial é exatamente o custo do dinheiro. E eu advogo, sem a menor dúvida: nós temos que ter, para as atividades agrícolas brasileiras e as atividades básicas, discriminação creditícia e, em segundo lugar, subsidiá-los, mesmo; ou, então, nós damos toda a nossa imaginação, e não conseguiremos resolver o problema, porque o problema, também, não pode só ser resolvido por nós; temos a influência externa.

E no caso, então, do açúcar, se nós subsidiarmos os plantadores, principalmente o subsídio dos juros, que é muito melhor controlável, nós não poderemos jamais conter o aumento do custo.

O SR. DINARTE MARIZ — Sr. Presidente, vou terminar. Agradeço o aparte do nobre Senador pela Paraíba, mas eu quero lembrar ao nobre colega que os juros da agricultura, no Nordeste, são subsidiados. Realmente, nesta parte, o Governo é perfeito, tem subsidiado e o nós devemos procurar...

O SR. DOMÍCIO GONDIM — Eu discordo de V. Ex^e, da perfeição!

O SR. DINARTE MARIZ — Apesar disso, me honra com o aparte.

Eu gostaria de dizer que nós precisamos das grandes soluções, de estudos de mais profundidade.

Peço desculpas por haver tomado o tempo, porque não sou um entendido no assunto, mas o problema econômico todos nós temos o dever de assimilar um pouco; e como nordestino interessado que sou por todos os problemas que dizem respeito ao Nordeste, nesta Casa, com a longa vivência e convivência que tenho tido com alguns colegas que já não estão em nossa presença, eu jamais neguei, por política, o apoio a qualquer representante do Nordeste que se apresentasse perante o Plenário em discussão na defesa dos interesses da Região.

Eram essas as considerações que eu desejava fazer.

O SR PRESIDENTE (Marcos Freire) — Concedo a palavra ao nobre Senador Agenor Maria.

O SR. AGENOR MARIA — Dr. Fernando Rabelo, acredito que, no período de 1977 nós tivemos apenas uma modificação no preço da cana, foi em maio. No mês de maio, o Governo concedeu um aumento à cana. Tivemos, neste período, uma valorização tal do álcool derivado da cana, que hoje nós estamos pagando, através do automóvel, Cr\$ 6,30 por litro de álcool.

São Paulo adiciona 20% do álcool à gasolina. São Paulo, a Capital, consome aproximadamente 35% do consumo nacional. Esse álcool sai da cana; nós, consumidores, estamos pagando a razão de litro de álcool, Cr\$ 6,30.

Segundo, o açúcar representa, entre os 4 produtos nobres exportados no ano passado até outubro, 38,8% da balança comercial brasileira; o café, o açúcar, a soja e o cacau.

Acontece que essas divisas em ouro carreadas para o País se deve ao açúcar, que é um produto nobre.

Terceiro, se a cana-de-açúcar é o álcool, e por conta dele nós estamos importando menos combustível; se a cana-de-açúcar é o açúcar, e por conta dela estamos realmente com aproximadamente 8 bilhões e meio de divisas, apresentando superávit na nossa balança comercial, não tem sentido o empobrecimento desse plantador de cana. O problema é um problema de filosofia. O Governo estabeleceu uma filosofia de sobrecarregar aqueles que produzem. O Governo estabeleceu um princípio em que o financeiro sobrepuja ao econômico. É uma questão de filosofia! Não se modificando a filosofia, não adianta nada!

Se o financeiro sobrepuja ao econômico e se essa é a filosofia do atual Governo, aqueles que produzem a tendência é cada vez mais empobrecer.

Um outro aspecto. Será que os plantadores de cana do Nordeste teriam condições, realmente — aproveitando o Plano Nacional do Álcool, se acoplam este plano a uma política objetiva que dê oportunidade realmente ao plantador, que é quem faz a cana, e não ao usineiro, que é o intermediário — de fazer o álcool através das suas cooperativas de produção? São essas as perguntas que desejo fazer a V. Ex^e. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Freire) — O Presidente da Associação dos Plantadores de Cana de Pernambuco prefere ir se manifestando após cada interlocutor. Ainda há outros colegas Parlamentares com pedido de palavra, mas dou logo a palavra ao Dr. Fernando Rabelo para que S. Ex^e responda às indagações feitas.

O SR. FERNANDO RABELO — Pediria ao Senador Agenor Maria que repetisse a primeira pergunta, pois não apreendi bem o sentido dela, talvez por distração.

O SR. AGENOR MARIA — Acredito que o problema é de uma simplicidade extraordinária; é uma questão só de interpretação.

É um problema mais de filosofia do Governo. O Governo Revolucionário achou por bem sobrepor o financeiro ao econômico. Quem tem uma estrutura econômica no País e não tem capital de giro está sujeito a empobrecer trabalhando, porque a rentabilidade financeira supera de muito a rentabilidade econômica.

Dentro desse ângulo, pode ser discutido o problema da seguinte maneira: o Brasil dispõe, hoje, de 4 produtos nobres que estão realmente representados pelo café, o açúcar, o cacau e a soja. Esses 4 produtos representam 38,8% da nossa balança de exportação. Isso quer dizer que o açúcar está concorrendo para dar condições ao Brasil de poder importar tudo aquilo que é necessário para o seu desenvolvimento.

Segundo, a cana-de-açúcar deu oportunidade, hoje, ao Brasil, de importar menos petróleo, porque só São Paulo, que consome 35% da gasolina consumida do País, está consumindo para cada cinco litros de gasolina 1 litro de álcool. Esse álcool nós estamos pagando, nós, consumidores, todos nós, Cr\$ 6,30 o litro, no ano de 1977. No ano de 1976, o álcool custava Cr\$ 2,80. Nós tivemos, no ano de 1977, só um aumento no preço da cana, que foi no mês de maio. Isso quer dizer o seguinte: se o açúcar deu condições de divisas ao País; se a cana-de-açúcar, por sua vez, deu condições de importar menos petróleo, por que esse empobrecimento do plantador de cana, se ele realmente é a peça fundamental desse álcool, desse açúcar exportado?

Em segundo lugar, porque é que o Governo se dá o direito de vender o álcool a Cr\$ 6,30, já reajustada a gasolina duas vezes este ano, e não reajustou a cana-de-açúcar nenhuma vez; tivemos apenas o reajuste de maio de 1977.

Então, a minha pergunta prende-se ao seguinte: seria possível, diante do Plano Nacional do Álcool, que é, realmente, uma riqueza que se renova a cada ano — acredito que somos mais ricos do que os árabes, porque eles têm uma riqueza exaurindo-se a cada dia que se passa; temos uma riqueza que se renova a cada ano. A terra, hoje, é quase que um suporte. Temos um verdadeiro continente. Mesmo que as terras se cansem, podemos renová-las através de adubos, pois temos adubos em quantidade para renovar as nossas terras. Portanto, temos uma riqueza que não vai acabar nunca. Podemos acabar, se essa política continuar, com a vontade do homem trabalhar, mas com a terra, com a riqueza, não. Podemos acabar com a motivação do homem.

Então, minha pergunta básica é a seguinte: haveria condições de os plantadores de cana do Nordeste — e V. Ex^e é o Presidente, em Pernambuco — desenvolverem o Programa Nacional do Álcool à revelia das usinas? Haveria condições de as cooperativas dos produtores de cana se prepararem para produzir esse álcool que dará condições ao Brasil de ser um País independente em poucos anos? O que pesa, realmente na nossa balança de serviços é o juro de uma dívida feita através de um programa que não adianta discutir, é o petróleo.

V. Ex^e me respondendo se há possibilidade de trabalharmos com álcool — nós, os plantadores de cana do Nordeste — e se, trabalhando com álcool, poderemos corresponder a uma rentabilidade que dê oportunidade a esses plantadores de cana de continuarem produzindo a riqueza do País, eu me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Freire) — Concedo a palavra ao Dr. Fernando Rabelo.

O SR. FERNANDO RABELO — O plantador de cana do Nordeste já tem demonstrado, há longo tempo, a capacidade de se arregimentar, através de seus órgãos de classe, através de cooperativas, para atingirem as suas metas. Em Pernambuco, por exemplo, os plantadores de cana têm um leque de órgãos onde o sentido comunitário já lhes presta serviços das mais variadas categorias. Temos uma associação, órgão reivindicatório; temos uma cooperativa de crédito;

temos uma cooperativa de prestação de serviços; temos, até, um sindicato para tratar de assuntos trabalhistas.

O fornecedor de cana já demonstrou a capacidade de se arregimentar e se organizar, através desses órgãos, para atingir metas dessa natureza.

Comentando a produção autorizada pelo plano de safra 77/78, produção em curso, a Região Norte-Nordeste teve uma autorização de produção de 48 milhões de sacos, dos quais 21 milhões destinados ao consumo interno e 27 milhões destinados à exportação. Poderá o Governo inconveniente continuar a exportar açúcar, a vender o açúcar aos preços aviltados do mercado internacional. Isto poderá ocorrer, se não prevalecer o acordo que está sendo firmado em Genebra — e houve, recentemente, reuniões nesse sentido — no qual as nações produtoras admitiram como preço remunerador 11 cents a libra/peso de açúcar, o que vem resultar em 240 dólares a tonelada/métrica. Assim mesmo, com esse preço, se achar o Governo inconveniente, poderá essa produção destinada à exportação ser convertida em álcool carburante, porque a razão de um saco de açúcar produzir 44 litros de álcool seria uma produção substancial. Se, tecnicamente, fosse analisada a conveniência dos fornecedores também exercerem a industrialização, por certo a classe de fornecedores estaria apta a assumir essa responsabilidade.

Quanto à primeira pergunta, confesso o despreparo meu em respondê-la. Não analisei o assunto em profundidade tal que permitisse dar uma resposta que o nível desta Comissão exige.

O SR. AGENOR MARIA — A segunda pergunta é a seguinte: a cana-de-açúcar tem vários derivados; o açúcar, o álcool, a aguardente, o melão e a rapadura. São todos produtos nobres. Sou de uma região que tanto a rapadura como o melão são de grande aproveitamento humano e animal.

Ora, se todos esses produtos derivados da cana são de alto interesse social e econômico, por que a base que fundamenta toda essa realidade econômica está fajida?

Isso é uma demonstração patente de que o problema deixa de ser de política partidária ou ideológica para ser um problema de ordem política nacional, para que o Governo sinta que é preciso modificar essa filosofia; porque está provado que a política econômica do Governo está errada, pois não tem sentido uma matéria-prima nobre, como essa que é a cana-de-açúcar, deixar em dificuldade o Estado de Alagoas, onde tem 27 usinas e 21 foram ao Senhor Governador, na semana passada, entregar as chaves, porque não têm condições de pagar, sequer, aos seus operários.

Ora, esta é uma Comissão Técnica. Temos nos reunido aqui e visto a situação do Nordeste e do Brasil. O que realmente precisa sair desta Comissão é um trabalho que possa provar diretamente ao Senhor Presidente da República que ele está sendo enganado na sua boa fé e que o modelo econômico brasileiro é completamente errado, pelo menos no setor açucareiro.

Desejo levantar uma preliminar: que desta Comissão fosse criada uma subcomissão para estudar, com profundidade, o problema da cana, em todo o Norte e Nordeste e, a seguir, fosse apresentado esse trabalho ao Senhor Presidente da República, tendo em vista a grave, grande e profunda dificuldade do setor. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Freire) — A Presidência registra, com satisfação, a presença de companheiros Deputados Federais Carlos Alberto de Oliveira, Inocêncio de Oliveira, Sérgio Murilo e Josias Leite, que, com suas presenças, vêm valorizar a nossa reunião. Atendendo à solicitação do Deputado Josias Leite, concedo-lhe a palavra.

O SR. JOSIAS LEITE — Em primeiro lugar, quero parabenizar o Dr. Fernando Rabelo pela conferência brilhante que pronunciou nesta Comissão Técnica.

Informo aos presentes que sobre o assunto fiz um discurso, na Câmara dos Deputados, abordando a crise da indústria canavieira; e sobre o mesmo assunto tive uma entrevista com o Senhor Presidente da República, durante 15 minutos.

Como abordou o conferencista, o preço está defasado, a cana não está tendo o seu custo real. Mas, ocorre que, recentemente, na Conferência de Genebra, ficou demonstrado que há super-oferta de açúcar. O setor não pode desaparecer, a produção da cana-de-açúcar também não, nem o açúcar, nem a industrialização.

Tem que haver opções e outras perspectivas. O Ministro Reis Velloso sugere, até, que se produza, se desenvolva a indústria química à base do álcool, inclusive a sucroquímica — indústria química à base de sacarose. Mas, o Governo brasileiro já demonstrou e fez baixar o Plano Nacional do Álcool, que, num contexto nacional, assume grande importância, tendo em vista o problema internacional de energia, porque, se o Brasil pôr para o combustível sólido, estaremos na dependência da vigência até do nosso contrato de tecnologia nuclear com a Alemanha. Se formos pensar em petróleo, a PETROBRAS não nos oferece nenhuma garantia de que abasteça o País dentro de quatro ou cinco anos.

Então, só existe uma perspectiva certa, correta e com uma realidade objetiva: é a do álcool. Considero o álcool como uma questão de segurança nacional, porque, se os árabes resolverem cortar em 50% o fornecimento, para adiarem o esgotamento que se prevê, dentro de 30 anos, segundo os técnicos da OPEP, os países em desenvolvimento não têm nenhum poder nacional, nenhum poder de barganha, para fazerem sustar o fornecimento. Os desenvolvidos têm a tecnologia, têm as sofisticadas armas, mas o Brasil e outros ficarão com a sua economia de fornecimento cortada e, automaticamente, entrariam em colapso..

Deste modo, acho que o Plano Nacional do Álcool deve ser implantado imediatamente e ser considerado como de segurança nacional; e a indústria canavieira, a lavoura canavieira também terem o mesmo tratamento de segurança nacional.

Sr. Presidente, era essa a colocação que queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Freire) — Concedo a palavra ao nobre Senador Milton Cabral.

O SR. MILTON CABRAL — Sr. Presidente, só para fazer duas perguntas, a fim de me ajudar a raciocinar em torno do assunto.

O Dr. Fernando Rabelo falou que o preço do açúcar está, hoje, em torno de 56 cents o quilo, ou seja, seria o quanto pagaria o consumidor brasileiro: que se passasse para 71 cents o quilo de açúcar, isso permitiria uma remuneração favorável aos produtores de cana. Então, isso significaria um aumento de 25% a nível de consumidor.

Minha pergunta é a seguinte: se, por acaso, houvesse essa mudança de política, para transformar esse açúcar exportável em álcool, isso daria uma remuneração melhor do que o destinado ao açúcar, no caso de haver a melhoria de preço do açúcar?

O SR. FERNANDO RABELO — Daria. Foi estabelecido, no princípio do corrente ano, uma relação paritária entre açúcar e álcool. Convertido um saco de açúcar em 44 litros de álcool, iríamos encontrar a mesma paridade de preço. É um sistema paritário.

O SR. MILTON CABRAL — Mas, essa paridade é se aumentar o preço do açúcar, não é?

O SR. FERNANDO RABELO — Não; no momento atual, tanto faz fabricar o álcool como o açúcar, porque há a conversão através de uma fórmula muito antiga, já prevista na Legislação, desde 1944.

O SR. MILTON CABRAL — Entrei nesses detalhes só para esclarecer minhas dúvidas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Freire) — Concedo a palavra ao Senador Domício Gondim, uma vez que ele tem um compromisso a atender.

O SR. DOMÍCIO GONDIM — Trata-se do seguinte: para atingirmos 20% do consumo total brasileiro de álcool, precisamos de cerca de 300 destilarias. O Brasil não está capacitado a produzir mais do que 50 destilarias anuais, em média. Isso significa que levaríamos,

pelo menos, seis anos para resolver o problema. E volta o problema, em outro aspecto, que é, como disse o Senador Agenor Maria, simples, tranquilo, com a tranquilidade de nordestino sofrido — é uma questão de filosofia, sobrepujar a filosofia financeira à econômica.

Se não cuidarmos do problema financeiro do custo, não adiantará nenhuma outra solução, meus Senhores. Esta é a realidade, este é o fulcro. Não adianta estabelecermos uma subcomissão para estudar o problema da cana, porque vamos chegar a esta evidência que já é evidente por si só, hoje: o problema de custo dos dinheiros. E, a continuar o programa do álcool, que, na opinião de alguns Senadores, já é subsidiado e que a agricultura é subsidiada, não é fato. A agricultura não é subsidiada, no Brasil, porque temos de comparar com os preços dos nossos competidores. Isto vai eternizar esse problema. Quando começou, por exemplo, o produtor da soja a ganhar algum dinheiro, que não é nenhum pecado mortal, confiscaram com 12% e o negócio foi para o chão, então, diminuíram o confisco novamente. Não é possível! Aí está, o problema é a filosofia. Não dianta discutirmos. Não é, também em termos partidários, porque acima de tudo está o nosso País. A filosofia que estamos adotando não pode ser continuada.

Vou mais além: poderia ter sido boa, até pouco tempo atrás. Mas agora é tempo de mudar a filosofia econômica e financeira que estamos levando, pois, desta maneira, mudaremos até a filosofia política. Acalmaremos as distensões políticas, as sociais e todas elas.

De modo que não adianta, em minha opinião. Quero dar esse aparte, tranquilo, dizendo que o problema todo é de filosofia básica, da política a ser adotada nos insumos básicos, nos produtos agrocolas, nos produtos que interessam ao País, fundamentalmente. Não é apenas na cana. Dentro de pouco tempo, a soja, estará gravosa, também; o café foi até aos pincaros e arriou. E se não houver a sustentação, quando chega na hora do café, que é muito importante e em cujo produto o Governo está engajado, ele financia até a juros negativos, perde dinheiro, faz qualquer negócio.

Por que, então, não modificar isso? Aí é que eu pergunto: Por que o crédito discriminatório? A cana-de-açúcar deve ser subsidiada, financiada a juros idênticos à cana-de-açúcar de qualquer outro lugar.

Principalmente, há aí um outro fator: se já existe muito no mercado internacional, como iremos contornar isso? No mercado internacional já existe maior oferta do que demanda.

Agora, a transformação do álcool tem dois obstáculos, o do tempo e o custo do dinheiro.

Meu caro Padre Melo. V. Ex^e pode entender muito das almas, mas de indústria, também entendo muito. Haverá dificuldade, por causa do custo das destilarias, que ainda está muito alto.

O problema é muito interessante; com a destilaria de petróleo se paga qualquer dinheiro. Com a destilaria de álcool, não, os juros custam muito caros, sendo para a mesma finalidade. São juros e correções monetárias, porque, hoje, chamam o cruzeiro de ORTN. Há tantos nomes que já não sei mais nada.

O SR. AGENOR MARIA — V. Ex^e me permite um aparte?

O SR. DOMÍCIO GONDIM — Perfeitamente, meu nobre companheiro.

O SR. AGENOR MARIA — Nobre Senador Domício Gondim, o Programa Nacional do Álcool foi constituído de uma maneira toda especial pelo Governo. V. Ex^e sabe que até os juros do PROTERRA, hoje, são proporcionais ao montante do investimento. E no Programa Nacional do Álcool se estabeleceu uma taxa mínima de 7%. É a taxa fixa de 7%. Quanto aos financiamentos para os empreendimentos se estabeleceu a taxa máxima de 15%.

O SR. DOMÍCIO GONDIM — Meu nobre colega, V. Ex^e permite um contra-aparte? É exatamente isso, mas são para parcelas de financiamento.

O SR. AGENOR MARIA — Já se considera hoje até 100% o financiamento.

O SR. DOMÍCIO GONDIM — Não, meu nobre colega.

O SR. AGENOR MARIA — Antigamente era 80%, mas eu mostro a nova regulamentação que eu recebi.

O SR. DOMÍCIO GONDIM — Um momento. Com equipamento comprado via FINAME — e nisso sou especialista — não vai a menos de 40% o custo anual. Repito, com equipamento comprado por FINAME, órgão do BNDE, repassado através dos outros Bancos; aí, não dá, não há quem pague. Quem entrar num negócio desses, se for uma parcela grande, não vai dar. De modo que essa é a realidade. Diz-se que é isto, mas não é tudo.

O SR. AGENOR MARIA — Eu queria complementar o meu aparte.

Sabe V. Ex^e que o Brasil já fez adição de álcool ao combustível, na década de 1930, quando havia uma superprodução de álcool e não havia utilização, com resultados muito bons. No entanto, foi abandonada pela não competitividade com o preço do combustível, porque o álcool era mais caro. Mas, quando houve a crise do petróleo, de fins de 73 para cá, o álcool tornou-se até competitivo como combustível. Vejamos: estou a par desse Programa Nacional do Álcool — PROÁLCOOL —, por ser Presidente de uma comissão específica do Nordeste e me interessar pelo assunto; tenho estudado muito esse problema, e segundo estudos técnicos, nas destilarias anexas, a partir do melão, o álcool torna-se altamente competitivo com a gasolina; mas, em destilarias autônomas isso não acontece. No entanto, trata-se de uma economia de divisas para o País; mesmo que o álcool se torne mais caro, ainda é vantajosa para o País a sua utilização.

Outro setor. Fala-se muito na utilização da mandioca como uma alternativa, na utilização de sorgo sacarino, de babaçu, mas isso a longo prazo. A curto prazo só se tem uma alternativa, que é a cana-de-açúcar.

Outro problema muito grave que nós antevemos, trata-se do seguinte: o Brasil está tendo dificuldades na exportação, porque, o principal comprador de açúcar são os Estados Unidos, que sobretaxaram, agora, o produto. No entanto, se avizinha uma crise muito maior; se os Estados Unidos reatarem relações comerciais com Cuba, certamente, irão comprar lá o açúcar, que será muito mais em conta do que o nosso. Então, vamos ter grande quantidade de açúcar, e a única alternativa será transformá-lo em álcool.

Estou plenamente de acordo com o Senador quanto ao problema das destilarias. Seriam necessárias 300 e existe uma possibilidade de, no máximo, 50 por ano, o que demoraria 6 anos, no mínimo, e que o PROÁLCOOL (Programa Nacional do Álcool) está com um déficit enorme.

Gostaria, apenas, de fazer outra complementação, porque sobre o Programa Nacional do Álcool e sobre o açúcar todos já falaram e entendem muito mais do eu, inclusive o ilustre Senador. Então, devolvo a palavra ao ilustre Senador e espero a minha vez para perguntar o ilustre Presidente da Federação dos Fornecedores da Cana-de-Açúcar.

O SR. DOMÍCIO GONDIM — Agradeço ao Sr. Presidente e ao Dr. Fernando a muito interessante exposição sobre o problema da cana. Mas, basta refletir um pouco, em alguns minutos, pensar bastante e voltamos sempre ao mesmo ponto. E dou um exemplo para encerrar a minha interpelação:

O Banco do Estado da Bahia — porque gosto logo de citar nomes — deu, no primeiro semestre deste ano, um lucro líquido de 98.4. E, no entanto, vamos analisar as 100 empresas a quem ele emprestou esse dinheiro. Com toda certeza, estavam os plantadores de cana e todas essas pessoas. Ninguém das empresas teve lucro maior, no semestre, do que 10%. Volta o problema apontado simplesmente pelo Senador Agenor Maria — é uma questão de filosofia. Se nós dissermos que a resposta para a crise do açúcar é fabricar álcool, nós sabemos que é fabricar; mas, então, temos que ir no fulcro, no centro, no miolo, no cerne do problema, que é o dinheiro, o "tutu", a "gaita" para resolver esse negócio. Se não nós vamos é "à gaita",

num termo, não parodiando, mas esta que é a verdade porque começa-se a fazer fórmulas, a dar novos nomes, novas sistemáticas, quando a aritmética são quatro operações, que todos sabem e é muito simples.

Na agricultura, não pode, nem ela comporta, preços tabelados, preços comprimidos e custos financeiros livres, amplos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Freire) — Com a palavra o Deputado Carlos Alberto de Oliveira.

O SR. CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA — Srs. Senadores, Srs. Deputados, Sr. Deputado Antônio Correia de Oliveira, Sr. Fernando Rabelo:

O debate dos Srs. Senadores e a exposição aqui feita atingiram, realmente, o problema econômico. Mas, o que me preocupa, sobretudo, é o problema social.

Temos 800 mil pessoas vivendo diretamente da cana-de-açúcar, e essa preocupação aumenta na medida em que, como atividade fundamental do Nordeste brasileiro, a cana-de-açúcar, da maneira em que se encontra, não pode continuar. Então, pergunto: O que é que se vai fazer? O que é que se pode fazer? Segundo sei, os entendimentos entre os usineiros e os plantadores de cana com o Ministério da Indústria e do Comércio não vão obtendo o sucesso desejado. Então, aí, todos ficamos preocupados, quando o Governo, diante de uma crise de tamanha envergadura, não se debruça sobre o problema à busca e ao encontro de uma solução que possa resolvê-lo. Esta solução pode vir com a produção de álcool, que, sem dúvida alguma, não discuto, é fundamental à segurança e à economia brasileiras. Sei que há uma linha, inclusive, que defende que a gasolina, hoje, está dando lucro, porque ela custa ao Governo 2 ou 3 cruzeiros e é vendida a 6 ou 7 cruzeiros, o que deixa uma margem de lucro muito grande. Mas, esse lucro é interno, porque com a importação da gasolina e do petróleo, evidentemente, as divisas nacionais vão se exaurindo, o que deixa um desequilíbrio na balança internacional brasileira. Além disso, quando se vê uma crise em São Paulo, por exemplo, da indústria automobilística, todos socorem essa indústria. Aumentam os preços, a ponto de um Chevrolet Opala, há dois anos atrás valer 50 mil cruzeiros e hoje 110 mil cruzeiros. Enquanto isto, a cana-de-açúcar tem permanentemente controlado o seu preço, é um problema permanente para todos que militam nesse setor, que é fundamental na economia de 30 milhões de brasileiros que vivem no Nordeste. Por exemplo, o açúcar teve, internacionalmente, preços espetaculares, anos passados, e o IAA confiscou. E, desse confisco, o que fez o IAA? Dispensou toda a sua rentabilidade, a ponto de, hoje, estar sem condições de financiar e socorrer os plantadores de cana e os industriais do açúcar. Então, tem que se mudar essa política.

Com a presença dos Srs. representantes dos plantadores de cana do Nordeste brasileiro, sobretudo, nessa sessão do Senado Federal, presidida pelo eminente Senador Marcos Freire, com a presença de brilhantes Senadores do Nordeste e a do Líder da Oposição, Senador Franco Montoro e vários Deputados Federais, nós precisamos fazer o quê? O que é que se pode fazer dentro de uma atividade parlamentar? O que se pode fazer em termos de pressão para que o Governo se sensibilize para o problema e venha, então, em socorro desse setor da economia nordestina, e com urgência? Porque ninguém pode produzir, quando se tem que completar 96 cruzeiros em cada tonelada de cana. Isso significa a falência total, como o que está ocorrendo em Alagoas, onde os operários não estão recebendo e, em breve, em Pernambuco. Todos os operários, no fim do ano, vão ter o quê? Um fim de ano melancólico porque não vão receber os seus salários, não podem receber o 13º mês, aquilo que lhe é de direito, que lhe é devido pelo trabalho que teve durante toda a safra no ano de 1977. Sugiro ao Sr. Presidente da Comissão, aos Srs. Senadores e Deputados que nós passemos aqui a constituir uma comissão de estudos profundos, como fizemos outrora com aquela comissão da COCENE, onde se estudou os problemas do Nordeste, para que possamos fazer um instrumento de pressão ao lado dos plantadores de cana, ao lado dos usineiros, enfim, ao lado do povo do Nordeste brasileiro, para que isso não continue, para que o Governo tome imediatamente uma

providência, porque nós não podemos concordar que o Ministro da Indústria e do Comércio diga que o problema está esgotado e que não tem nenhuma solução para ele. Não é solução, o Governo tem obrigação de encontrar a solução, ajudar a situação e procurar resolvê-la, para que 30 milhões de nordestinos, 800 mil pessoas que vivem disso, que trabalham e que contribuem para o desenvolvimento nacional, como contribuíram outrora, quando o açúcar representou uma parcela decisiva e importante na balança internacional brasileira, possam viver bem em seus lares. Temos que trabalhar. Aí, sugiro ao Presidente — a minha participação é só essa — que essa reunião continue, que esses contatos permaneçam. E, como instrumento de pressão, tanto os Srs. Deputados e Senadores do MDB quanto os da ARENA devem ir ao Governo e pedir uma solução imediata para o problema da cana-de-açúcar, que não pode, de maneira nenhuma, atravessar o ano de 1977. Por exemplo, a posição do Presidente do IAA tem que ser estudada. Ele está lá há 7 anos e deve ser renovado. A renovação tem que ser feita. Temos homens brilhantes no Nordeste brasileiro, que conhecem o problema, que podem, sem dúvida alguma, atuar em favor e dar a sua participação, os seus conhecimentos em favor da solução do problema da cana-de-açúcar. Aliás, o Deputado Sérgio Murilo Santa Cruz, com uma brillante lembrança, nos recordou o nome do brilhante brasileiro Girane De Carlo. Seria uma excelente solução para, numa hora de crise como essa, ele, que tem todos os serviços prestados ao Governo, atuar decisivamente em defesa dos plantadores de cana.

Estou ao lado desta outra eminente figura, do Padre Melo, que dedicou toda a sua vida sacerdotal ao problema da cana-de-açúcar em Pernambuco e que entende muito bem do assunto. Aí, discordo do nobre Senador Domicio Gondim, que pode entender muito bem de indústria, mas do problema humano e social, dos homens que trabalham na palha da cana-de-açúcar, ninguém entende mais do que o eminentíssimo Sacerdote Padre Melo.

Esta a sugestão que desejava fazer à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Freire) — Com a palavra o Deputado Sérgio Murilo Santa Cruz.

O SR. SÉRGIO MURILO SANTA CRUZ — Sr. Presidente, meus senhores, pernambucano de uma zona predominantemente canavieira, quero aplaudir a oportuna iniciativa de V. Ex*, Senador Marcos Freire, ao convocar essa sessão da Comissão de Economia do Senado Federal que V. Ex* tão brilhantemente preside. E quero trazer o meu testemunho, para confirmar integralmente um depoimento prestado pelo jovem líder dos plantadores de cana em Pernambuco, o Dr. Fernando Rabelo.

Sr. Presidente, realmente, o atendimento ao pleito dos plantadores de cana de Pernambuco e do Nordeste é justo, no sentido de que se procure atendê-lo para reajustar os preços para compensar os custos da produção. Seria uma solução emergencial, Sr. Presidente, e creio que o Congresso, além de reforçar essa reivindicação, deveria partir para outras providências, a fim de investigar a ação do Instituto do Açúcar e do Álcool; para investigar e examinar, inclusive, o Fundo de Exportação. O que foi que o IAA fez depois de confiscar o preço do açúcar, naquele período de vacas gordas, quando o preço do produto alcançou índices de remuneração extraordinária no mercado internacional? Ao que se comenta, esse fundo foi dilapidado, ninguém sabe em que foi aplicado e se o foi corretamente. Logo, o Fundo de Exportação deve ser investigado. E outros problemas que atingem aos produtores de açúcar, aos plantadores de cana; a queda do rendimento agrícola, a queda do rendimento industrial, a falta de assistência do IAA, a pesquisa para que se obtenha um novo tipo de cana que dê maior rendimento agrícola e industrial. A imprevisão do Governo e a sua morosidade na implantação do Plano Nacional do Álcool, porque não há dúvida de que essa omissão merece censura, porque faltou ao IAA a previsão de que os árabes, os povos produtores de petróleo iriam chegar a determinar um preço político para o seu produto. E, enquanto isso, nada se fez no sentido de alargar as fronteiras agrícolas do País, no sentido de se aproveitar a tecnologia própria que nós temos em relação à fabricação do álcool, à imensi-

dão de terras que o País possui e à abundância de mão-de-obra de que dispomos. Tudo isso precisa ser examinado.

Quero aproveitar a oportunidade para registrar a estranheza pelo fato de que tantos homens públicos do Nordeste, de Pernambuco, de Alagoas, que conhecem o assunto profundamente, e que já prestaram relevantes serviços ao País à frente do IAA, estejam marginalizados e tenham sido trocados por um General que nunca plantou um pé de cana no quintal de sua casa. Homem que há mais de 5 anos está a frente do IAA. E, agora, os produtores de açúcar, os plantadores de cana estão nessa situação, apelando inclusive para o Congresso, a fim de que se resolva a situação afeita que não é só do plantador de cana, mas, também, dos trabalhadores da palha da cana, daqueles que estão lá, no Nordeste, em condições infra-humanas, em condições sub-humanas, reduzidos à condição de párias, com índices de mortalidade infâltial alarmante, com índices de desnutrição de causar horror, como foi constatado pelo Professor Nelson Chaves, numa pesquisa famosa sobre as condições nutricionais da área do Nordeste, sobretudo, da área canavieira de Pernambuco.

De maneira, Sr. Presidente, creio que além dessa solução emergencial, que é o atendimento ao reajuste de preço, o Congresso deve investigar a ação do IAA, examinar, investigar, através de uma CPI, a aplicação do Fundo de Exportação e a ação do IAA na adoção e desenvolvimento de uma nova política que atenda às justas reivindicações do Nordeste e de todos os plantadores de cana.

Eram essas, Sr. Presidente, as considerações que desejava fazer e confirmar, com o meu testemunho, a justeza da reivindicação formulada pelo líder canavieiro de Pernambuco, Dr. Fernando Rabelo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Freire) — Antes de encerrar a reunião, vou dar a palavra ao Deputado Inocêncio de Oliveira, lembrando, no entanto, que o palestrante e os demais membros da comitiva — representantes dos fornecedores de cana — têm compromissos, inclusive, porque apanharão o avião logo mais.

O SR. INOCÊNCIO DE OLIVEIRA — Ilustre Senador Marcos Freire, Presidente da Comissão de Economia, Srs. Senadores, Srs. Deputados:

Gostaria apenas discordar e fazer uma pergunta, depois, ao Dr. Fernando Rabelo.

Dr. Fernando Rabelo disse que o último Ministro da Agricultura, nascido no Nordeste, foi o Sr. João Cleofas, quando existiram vários outros depois dele: Romero Cabral da Costa, Armando Monteiro Filho, Osvaldo Lima Filho, Moura Cavalcante, Barros Carvalho e outros. E disse, também, que o Nordeste perdeu a representatividade, devido à falta de liderança política. Isso nunca aconteceu. O que aconteceu, foi o seguinte: o Nordeste perdeu a importância no contexto econômico nacional. No início do século, tínhamos uma renda *per capita* maior do que a renda *per capita* nacional; hoje, temos uma renda *per capita* em torno de 39% da nacional.

No ano de 1910, tínhamos um produto bruto interno e participávamos com 38%. Hoje, participamos com 12%, apenas.

outra coisa importante. Em 1910, o orçamento do Estado de Pernambuco era igual ao orçamento do Estado de São Paulo. Hoje, equivale a apenas 5% do orçamento do Estado nobre Líder do MDB, Senador Franco Montoro. O que perdemos foi a representatividade econômica, e um dos fatores a mais a agravar foi justamente o baixo preço da cana-de-açúcar, o aviltante preço da cana-de-açúcar, que representa para o Nordeste o seu maior suporte econômico.

O SR. FERNANDO RABELO — V. Ex^e me permite?

O SR. SÉRGIO MURILO S. CRUZ — Pois não.

O SR. FERNANDO RABELO — O nobre Deputado por Pernambuco referiu-se e, talvez tenha sido má interpretação minha — por dificuldade de expressão — confesso...

O Sr. Sérgio Murilo S. Cruz — Não, eu só queria colocar o meu incômodo.

O SR. FERNANDO RABELO —... confesso o meu embaraço em dirigir-me a tão ilustrada assistência; e, como tal, talvez estivesse

querendo dizer que o esvaziamento econômico da Região Norte e Nordeste repercutiu na representatividade política que o Nordeste tinha no contexto nacional. Inclusive, citei que no Império tínhamos — vamos dizer — o equivalente a Presidente da República, tínhamos gabinetes dirigidos por nordestinos, pernambucanos e alagoanos, e, no entanto, hoje, no momento atual, não temos nenhum representante do Nordeste nem à frente do Instituto do Açúcar e do Álcool, que foi o último quartel considerado exclusivo dos nordestinos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Freire) — Com a palavra o nobre Senador Franco Montoro.

O SR. INOCÊNCIO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, gostaria de fazer mais uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Freire) — Julguei que tivesse concluído; então, está com a palavra o Deputado Inocêncio de Oliveira.

O SR. INOCÊNCIO DE OLIVEIRA — Gostaria de fazer a seguinte pergunta: Dr. Fernando Rabelo, V. Ex^e disse que o Presidente do IAA estimulou uma maior produção de açúcar, estimulando, inclusive, com melhores perspectivas de preço. Devido à grande produtividade, houve aviltamento do preço. Consequentemente, o Presidente do IAA foi um dos responsáveis pelo aviltamento de preço e pela falta de previsão de uma política açucareira. Do mesmo modo que o Ministro Allysson Paulinelli, de triste memória, estimulou os agricultores do Estado do Paraná a venderem a soja e guardarem o café. No fim do ano a soja estava lá nas alturas e o café baixo. Até hoje, o Estado do Paraná não perdoa o Ministro Allysson Paulinelli. Então, V. Ex^e confirma que uma das causas do aviltamento do preço do açúcar tenha sido essa falta de planejamento e de melhor previsão do Presidente do IAA?

O SR. FERNANDO RABELO — A causa do aviltamento do preço do açúcar não se deve a essa imprevisão, vamos dizer, a esse aumento da produção...

O SR. INOCÊNCIO DE OLIVEIRA — Não, mas uma das causas?

O SR. FERNANDO RABELO —... nacional, porque mesmo sem ela teria havido o que houve no mercado internacional. Muitas outras nações passaram a produzir mais açúcar, e houve o excedente. No entanto, o Presidente do Instituto, ou quem quer que seja que tenha sido responsável por esta política, que, aliás — repito — não sei se citei os números, tinha intenção, na época, em que se previa que essa fase de elevação de preços sustentasse até o ano de 1980, de elevar a produção nacional para 180 ou 170 milhões de sacos — não tenho bem certeza dessa cifra. Então, quem fez esse planejamento, quem pensou que o açúcar até o ano de 1980 teria segurança de colocação a preços altos no mercado externo, quem convocou os setores e financiou para aumentar a produção, com isso elevou os custos, modificando os métodos de trabalho; tivemos, também, a oneração em função dos juros, que foi diretamente responsável pela crise que atualmente estamos vivendo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Freire) — Com a palavra o nobre Senador Franco Montoro.

O SR. FRANCO MONTORO — Sr. Presidente, dado o aperto do horário, limitar-me-ei a duas ou três frases que sintetizam aquilo que me parece ser uma contribuição que posso dar ao problema.

Primeiro, será felicitar a feliz iniciativa de V. Ex^e de trazer o problema ao debate e com o problema concreto daqueles que a ele estão ligados.

O debate revelou que esse não é um problema setorial mas é, hoje, um dos grandes problemas do Brasil, principalmente o problema do álcool, que, por todos os aspectos que se considerar a questão, está-se transformando numa grande bandeira de independência do País, do seu desenvolvimento, e com possibilidades de se transformar, também, num instrumento de desenvolvimento social, desde que bem orientado.

Acho que, do debate havido, V. Ex^e está autorizado, em primeiro lugar, a transmitir o pensamento unânime da Comissão, de apoio à reivindicação dos plantadores de cana. No plenário do Senado, V. Ex^e, em nome da Comissão, pode, oficialmente, ir representar perante as autoridades todas, manifestando o pensamento da Comissão de Economia favoravelmente a esta reivindicação.

Mas, à matéria é mais ampla. O nobre Senador Agenor Maria lembrou, com o apoio de vários Parlamentares que se manifestaram sobre o assunto, da necessidade de que se constitua uma Subcomissão na Comissão de Economia para continuar o estudo do trabalho e talvez encenar um estudo aprofundado, mostrando a gravidade do problema para a economia nacional, para que esta Comissão seja realmente uma trinchera nessa luta de interesse nacional, com a autoridade de um órgão técnico, acima de partidos, porque, aqui, homens da ARENA e do MDB, unidos, apontam o problema sem uma disposição de oposição ao Governo; mas, pelo contrário, de colaboração para a solução do problema; acho que a Comissão de Economia pode ter uma função histórica neste momento, a partir deste problema do álcool, que é fundamental. Qual é o ponto de estrangulamento da nossa economia, hoje? É o petróleo. Qual é a forma de superar o problema? É o álcool, que, pode ser extraído da cana-de-açúcar ou, da mandioca. Inclusive, há mil aspectos do problema que não valem a pena enumerar, aqui, mas, que a Comissão de Economia poderia perfeitamente aprofundar e se transformar no grande instrumento para receber as contribuições, examiná-las criticamente e apresentá-las ao País.

Congratulo-me com V. Ex^e e penso que as sugestões do Senador Agenor Maria, aceitas por todos, podem ser um instrumento de continuidade do estudo dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Freire) — Com a palavra o nobre Senador Luiz Cavalcante.

O SR. LUIZ CAVALCANTE — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, a indústria canavieira, na verdade, está doente. Mas, a doença requer não um tratamento hospitalar ou de homeopatia; é uma questão de pronto socorro, mesmo.

Pois bem, já de muito tempo os usineiros de nossos Estados de Alagoas e Pernambuco, principalmente, vêm advertindo que não podem sofrer as enormes retenções a que seus débitos os sujeitaram, tendo em vista que não tem havido evolução de preços; mas, em compensação, há evolução das ininterruptas correções monetárias.

Assim é que, em Alagoas, para o saco de açúcar de 149 cruzeiros e 50 centavos, uma usina desconta 140 cruzeiros; o usineiro, então, fica com 9 cruzeiros e 50 centavos para fazer a moagem, que lhe custa, pelo menos, 80 cruzeiros. Este é, talvez, o caso mais agudo, mas, há outros muito aproximados, que descontam 135 e 130 cruzeiros. Então, é o problema do pronto socorro. O problema, agora, já não é mais exclusivamente de usineiros; já transbordou, já é um problema social.

Lá, no meu Estado, usinas há que já não estão pagando as canas que recebem dos fornecedores diariamente; e, pior ainda, já há usinas que começam a pagar apenas parcialmente os próprios cam-

poneses. Esses, na verdade, estão lá com o diabo no crédito porque não são plantadores de cana de forma nenhuma.

Expus isso já da tribuna, e o Líder Virgílio Távora, ouvindo o meu discurso, prometeu-me breve resposta. De fato, foi muito breve; naquela mesma semana, ele ocupou a tribuna e, na sua qualidade de Líder do Governo, disse o seguinte: que o Governo estava estudando uma solução e a solução seria esta: suspender 50% dos descontos até o fim do ano, enquanto, até o fim do ano, uma Comissão estudaria uma solução definitiva. Esta solução, paliativa, satisfazia, como solução de pronto socorro, aos industriais da indústria agro-canavieira. O Líder Virgílio Távora, então, foi mais além — infelizmente estou desprevenido e não estou com o discurso dele à mão — porque ele anunciou que aquela solução estava sendo estudada, mas o Banco do Brasil — isso é literalmente — antecipando-se à decisão que estava sendo considerada...

O SR. FRANCO MONTORO — O discurso do Senador está no jornal.

O SR. LUIZ CAVALCANTE — Pois é; mas vamos dizer aqui, que dá mais...

O SR. FRANCO MONTORO — Todo mundo tem o jornal.

O SR. LUIZ CAVALCANTE — Caju do céu.

O SR. FRANCO MONTORO — Todo mundo leu.

O SR. LUIZ CAVALCANTE — Foi um santo do açúcar; eu só conhecia demônios no açúcar; mas vejo que tem santo, também.

Mas, aqui, o Líder Virgílio Távora: "O assunto em questão está sendo levado à consideração, por coincidência, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e do Presidente da República, mas, antecipando-se à mesma — quer dizer, à mesma consideração do Presidente da República — o Banco do Brasil mandou sustar, em todas as agências, a cobrança dessa retenção."

Isso, portanto, é a palavra do Líder do Governo, ou seja, a palavra do próprio Governo, que, infelizmente, ficou só em palavra e não foi transformado em ato.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Freire) — A Presidência quer agradecer a presença dos integrantes da comitiva dos fornecedores de cana-de-açúcar do Nordeste, da Federação, do Brasil, a presença dos Srs. Senadores, dos Srs. Deputados, do Prefeito do Município de Jaboatão, Geraldo Melo, da Imprensa, e sente-se de consciência tranquila, porque, dentro das limitações que cerceiam, hoje, a atividade parlamentar, está fazendo o que pode, para, dando repercussão ao pleito da classe trabalhadora do Brasil, da classe dos plantadores de cana, dos usineiros e de todos aqueles que estão intimamente ligados à agroindústria do açúcar, oferecer, assim, a contribuição que lhe é possível dar, para que os que têm o poder de decisão, neste País, realmente atentem para a necessidade de uma solução urgente e profunda para o problema do açúcar no Brasil.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 5 minutos.)

MESA

Presidente:
Petrônio Portella (ARENA — PI)

3º-Secretário:
Henrique de La Rocque (ARENA — MA)

1º-Vice-Presidente:
José Lindoso (ARENA — AM)

4º-Secretário:
Renato Franco (ARENA — PA)

2º-Vice-Presidente:
Amaral Peixoto (MDB — RJ)

Suplentes de Secretário:

1º-Secretário:
Mendes Canale (ARENA — MT)

Altevir Leal (ARENA — AC)

2º-Secretário:
Mauro Benevides (MDB — CE)

Evandro Carreira (MDB — AM)
Otair Becker (ARENA — SC)
Braga Junior (ARENA — AM)

**LIDERANÇA DA ARENA
E DA MAIORIA**

Líder
Eurico Rezende
Vice-Líderes
Heitor Dias
Helvídio Nunes
José Sarney
Matos Leão
Osires Teixeira
Otto Lehmann
Saldanha Derzi
Virgílio Távora

**LIDERANÇA DO MDB
E DA MINORIA**

Líder
Paulo Brässard
Vice-Líderes
Evelásio Vieira
Gilvan Rocha
Itamar Franco
Leite Chaves
Marcos Freire
Roberto Saturnino

COMISSÕES

Diretor: José Soares de Oliveira Filho
Local: Anexo II — Térreo
Telefones: 23-6244 e 25-8505 — Ramais 193 e 257

A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 25-8505 — Ramais 301 e 313

COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Agenor Maria**Vice-Presidente:** Otair Becker

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Otair Becker	1. Dinarte Mariz
2. Benedito Ferreira	2. Saldanha Derzi
3. Itálvio Coelho	3. Vilela de Magalhães
4. Murilo Paraiso	
5. Vasconcelos Torres	
MDB	
1. Agenor Maria	1. Adalberto Sena
2. Roberto Saturnino	2. Evelásio Vieira

Assistente: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramais 301 e 313
Reuniões: Terças-feiras, às 10:30 horas
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dinarte Mariz
Vice-Presidente: Evandro Carreira

Titulares	Suplentes
1. Heitor Dias	1. Saldanha Derzi
2. Jarbas Passarinho	2. José Sarney
3. Dinarte Mariz	3. Otair Becker
4. Teotônio Vilela	
5. Braga Junior	
MDB	
1. Agenor Maria	1. Evelásio Vieira
2. Evandro Carreira	2. Gilvan Rocha

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676**Reuniões:** Terças-feiras, às 10:00 horas**Local:** Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
1º-Vice-Presidente: Accioly Filho
2º-Vice-Presidente: Leite Chaves

Titulares	Suplentes
1. Accioly Filho	1. Vilela de Magalhães
2. Gustavo Capanema	2. Lenoir Vargas
3. Daniel Krieger	3. Arnon de Mello
4. Eurico Rezende	4. Vasconcelos Torres
5. Heitor Dias	5. Milton Cabral
6. Helvídio Nunes	6. José Sarney
7. Wilson Gonçalves	
8. Itálvio Coelho	
9. Otto Lehmann	
10. Osires Teixeira	
MDB	
1. Dirceu Cardoso	1. Franco Montoro
2. Leite Chaves	2. Lazaro Barboza
3. Nelson Carneiro	3. Cunha Lima
4. Paulo Brässard	
5. Orestes Quêrcia	

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675**Reuniões:** Quartas-feiras, às 10:00 horas**Local:** Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Itamar Franco

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Heitor Dias	1. Augusto Franco
2. Murilo Paraíso	2. José Sarney
3. Cattete Pinheiro	3. Braga Junior
4. Osires Teixeira	4. Altevir Leal
5. Saldanha Derzi	5. Luiz Cavalcante
6. Wilson Gonçalves	
7. Virgílio Távora	
8. Alexandre Costa	MDB
	1. Itamar Franco
	2. Lázaro Barboza
	3. Adalberto Sena

Assistente: Rondô Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Marcos Freire

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Milton Cabral	1. Cattete Pinheiro
2. Arnon de Mello	2. Augusto Franco
3. José Guiomard	3. José Sarney
4. Luiz Cavalcante	4. Domicio Gondim
5. Murilo Paraíso	5. Jarbas Passarinho
6. Vasconcelos Torres	
7. Dinarte Mariz	
8. Otoir Becker	MDB
1. Franco Montoro	1. Agenor Maria
2. Marcos Freire	2. Orestes Quêrcia
3. Roberto Saturnino	

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Calmon

Vice-Presidente: Evelásio Vieira

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Tarso Dutra	1. Helvídio Nunes
2. Gustavo Capanema	2. Ruy Santos
3. João Calmon	3. Arnon de Mello
4. Otto Lehmann	4. Heitor Dias
5. Jarbas Passarinho	
6. Cattete Pinheiro	MDB
1. Evelásio Vieira	1. Franco Montoro
2. Itamar Franco	2. Cunha Lima
3. Adalberto Sena	
	Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307
	Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas
	Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623
Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Teotônio Vilela	1. Cattete Pinheiro
2. Alexandre Costa	2. Heitor Dias
3. Wilson Gonçalves	3. Lourival Baptista
4. Domicio Gondim	4. Daniel Krieger
5. Helvídio Nunes	5. José Guiomard
6. Lenoir Vargas	6. José Sarney
7. Vilela de Magalhães	7. Saldanha Derzi
8. Ruy Santos	
9. Braga Junior	
10. Tarso Dutra	
11. Virgílio Távora	
12. Magalhães Pinto	
	MDB
1. Franco Montoro	1. Hugo Ramos
2. Evelásio Vieira	2. Dirceu Cardoso
3. Gilvan Rocha	3. Evandro Carreira
4. Roberto Saturnino	
5. Cunha Lima	
	Assistente: Cândido Hippert — Ramal 676
	Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas
	Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)
(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jessé Freire
Vice-Presidente: Orestes Quérlio

Titulares	Suplentes
ARENA	

- | | |
|----------------------|--------------------|
| 1. Jessé Freire | 1. Braga Junior |
| 2. Ruy Santos | 2. Virgílio Távora |
| 3. Lenoir Vargas | 3. Osires Teixeira |
| 4. Jarbas Passarinho | 4. Domício Gondim |
| 5. Lourival Baptista | |
| 6. Accioly Filho | |

MDB

- | | |
|--------------------|-------------------|
| 1. Franco Montoro | 1. Lázaro Barboza |
| 2. Orestes Quérlio | 2. Cunha Lima |
| 3. Nelson Carneiro | |

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jarbas Passarinho
Vice-Presidente: Luiz Cavalcante

Titulares	Suplentes
ARENA	

- | | |
|----------------------|--------------------|
| 1. Milton Cabral | 1. José Guiomard |
| 2. Domicio Gondim | 2. Murilo Paraiso |
| 3. Arnon de Mello | 3. Virgílio Távora |
| 4. Luiz Cavalcante | |
| 5. Jarbas Passarinho | |

MDB

- | | |
|-------------------|-------------------|
| 1. Dirceu Cardoso | 1. Gilvan Rocha |
| 2. Itamar Franco | 2. Franco Montoro |

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)
(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Adalberto Sena
Vice-Presidente: Helvídio Nunes

Titulares	Suplentes
ARENA	

- | | |
|-------------------|----------------------|
| 1. Helvídio Nunes | 1. Virgílio Távora |
| 2. Otto Lehmann | 2. Arnon de Mello |
| 3. Saldanha Derzi | 3. Jarbas Passarinho |

MDB

- | | |
|-------------------|-------------------|
| 1. Hugo Ramos | 1. Dirceu Cardoso |
| 2. Adalberto Sena | |

Assistente: Maria Carmen Castro Souza — Ramal 134

Reuniões: Quintas-feiras, às 12:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)
(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Magalhães Pinto
1º-Vice-Presidente: Saldanha Derzi
2º-Vice-Presidente: Nelson Carneiro

Titulares	Suplentes
ARENA	

- | | |
|--------------------|--------------------------|
| 1. Magalhães Pinto | 1. Accioly Filho |
| 2. Alexandre Costa | 2. Fausto Castelo-Branco |
| 3. Virgílio Távora | 3. Helvídio Nunes |
| 4. Jessé Freire | 4. Domício Gondim |
| 5. Arnon de Mello | 5. Jarbas Passarinho |
| 6. Saldanha Derzi | 6. Luiz Cavalcante |
| 7. José Sarney | |
| 8. João Calmon | |
| 9. Augusto Franco | |
| 10. Otto Lehmann | |

MDB

- | | |
|--------------------|----------------------|
| 1. Paulo Brossard | 1. Marcos Freire |
| 2. Gilvan Rocha | 2. Hugo Ramos |
| 3. Itamar Franco | 3. Roberto Saturnino |
| 4. Leite Chaves | |
| 5. Nelson Carneiro | |

Assistente: Cândido Hippert — Ramal 676

Reuniões: Terças-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ruy Santos
Vice-Presidente: Altevir Leal

Titulares	Suplentes
ARENA	

- | | |
|--------------------------|--------------------|
| 1. Altevir Leal | 1. Saldanha Derzi |
| 2. Ruy Santos | 2. Itálvio Coelho |
| 3. Cattete Pinheiro | 3. Osires Teixeira |
| 4. Fausto Castelo-Branco | |
| 5. Lourival Baptista | |

MDB

- | | |
|-------------------|-------------------|
| 1. Adalberto Sena | 1. Benjamim Farah |
| 2. Gilvan Rocha | 2. Cunha Lima |

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)
 (7 membros)
COMPOSIÇÃO
 Presidente: Milton Cabral
 Vice-Presidente: Augusto Franco
Titulares**ARENA****Suplentes**

1. José Guiomard
2. Vasconcelos Torres
3. Virgílio Távora
4. Augusto Franco
5. Milton Cabral

MDB

1. Adalberto Sena
2. Benjamim Farah

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)
 (7 membros)
COMPOSIÇÃO
 Presidente: Benjamim Farah
 Vice-Presidente: Lenoir Vargas
Titulares**ARENA****Suplentes**

1. Lenoir Vargas
2. Accioly Filho
3. Augusto Franco
4. Heitor Dias
5. Saldanha Derzi

MDB

1. Benjamim Farah
2. Hugo Ramos

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)
 (7 membros)
COMPOSIÇÃO
 Presidente: Lourival Baptista
 Vice-Presidente: Alexandre Costa
Titulares**ARENA****Suplentes**

1. Alexandre Costa
2. Braga Júnior
3. Dinarte Mariz

MDB

1. Agenor Maria
2. Dirceu Cardoso

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO
Comissões Temporárias

Chefe: Ruth de Souza Castro

Local: Anexo II — Térreo

Telefone: 25-8505 — Ramal 303

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional
- 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Votos
- 3) Comissões Especiais e de Inquérito, e
- 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

Assistentes de Comissões: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674;

Alfeu de Oliveira — Ramal 674; Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598;

Mauro Lopes de Sá — Ramal 310.

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES
**HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL
PARA O ANO DE 1978**

HORAS	TERÇA	S A L A S	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	S A L A S	ASSISTENTE
10:00	C.T.	RUY BARBOSA Ramais -621 e 716	RONALDO	09:00	C.F.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	CÂNDIDO
	C.A.R.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	GUILHERME	09:30	C.S.P.C.	RUY BARBOSA Ramais -621 e 716	SÔNIA
10:30	C.A.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	CLÁUDIO COSTA	10:00	C.E.C.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	SÔNIA
	C.R.E.	RUY BARBOSA Ramais -621 e 716	CÂNDIDO		C.D.F.	RUY BARBOSA Ramais -621 e 716	RONALDO
HORAS	QUARTA	S A L A S	ASSISTENTE	11:00	C.L.S.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	LEDA
	C.S.N.	RUY BARBOSA Ramais -621 e 716	LEDA		C.S.	RUY BARBOSA Ramais -621 e 716	LEDA
10:00	C.C.J.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	DANIEL	12:00	C.R.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	MARIA CARMEM
	C.M.E.	RUY BARBOSA Ramais -621 e 716	RONALDO				
10:30	C.E.	RUY BARBOSA Ramais -621 e 716	DANIEL				

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

QUADRO COMPARATIVO

2ª Edição Revista e Atualizada — 1975

Com Suplemento 1977

VOLUME COM 288 PÁGINAS — Preço: Cr\$ 30,00

CONTÉM, COMPARADAS EM TODOS OS ARTIGOS:

— Emendas Constitucionais nº 1, de 17 de outubro de 1969; nº 2, de 9 de maio de 1972; nº 3, de 15 de junho de 1972; nº 4, de 23 de abril de 1975; nº 5, de 28 de junho de 1975; nº 6, de 4 de junho de 1976; nº 7, de 13 de abril de 1977; nº 8, de 14 de abril de 1977; nº 9, de 29 de junho de 1977; e nº 10, de 14 de novembro de 1977;

— Constituição do Brasil de 24 de janeiro de 1967 (e as alterações introduzidas pelos Atos Institucionais de nºs 5 a 17 e Ato Complementar nº 40/69, ratificado pelo art. 3º do Ato Institucional nº 6/69); e

— Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946 (com as Emendas Constitucionais e Atos Institucionais que a alteraram).

Em notas, além de outras observações, são destacadas as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional, através de emendas, ao Projeto de Constituição remetido ao Congresso pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, em dezembro de 1966.

**Trabalho organizado e revisado pela Subsecretaria de Edições Técnicas
e impresso pelo Centro Gráfico do Senado Federal**

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160

acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,

ou pelo sistema de Reembolso Postal.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

(obra elaborada pela Subsecretaria de Edições Técnicas)

- **Lei Orgânica dos Partidos Políticos (e suas alterações);**
- **Código Eleitoral (e suas alterações);**
- **Sublegendas;**
- **Inelegibilidades (Leis Complementares nºs 5/70 e 18/74);**
- **Colégio Eleitoral (Presidente da República e Governadores);**
- **Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral;**
- **Resolução do Tribunal de Contas da União
(prestação de contas dos partidos políticos);**
- **Lei do transporte gratuito em dias de eleição
(Lei nº 6.091, de 15-8-1974).**

Edição: Setembro de 1974

340 páginas

Preço: Cr\$ 20,00

SUPLEMENTO 1976

(com adendo de maio de 1978)

Preço: Cr\$ 20,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

REPRESENTAÇÕES POR INCONSTITUCIONALIDADE DISPOSITIVOS DE CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS

Acórdãos do STF (íntegras) em Representações por inconstitucionalidade de dispositivos de Constituições estaduais. Resoluções do Senado Federal, suspendendo a execução de dispositivos julgados inconstitucionais pelo STF.

EDIÇÃO: 1976

2 tomos

**PREÇO:
Cr\$ 150,00**

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

*Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.*

LEGISLAÇÃO CONSTITUCIONAL E COMPLEMENTAR

— Emendas Constitucionais nºs 1 a 10. Atos Institucionais nºs 1 a 17.
Atos Complementares nºs 1 a 103. Leis Complementares nºs 1 a 29.
Edição de 1972 c/5 suplementos: I, de 1973; II, de 1974; III, de
1975; IV, de 1976; e V, de 1977.

LEGISLAÇÃO CITADA E ALTERADORA SINOPSE

**PREÇO:
Cr\$ 40,00**

À VENDA NO SENADO FEDERAL. SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Correio Postal.

O PODER LEGISLATIVO E A CRIAÇÃO DOS CURSOS JURÍDICOS

Obra comemorativa do Sesquicentenário da Lei de 11 de agosto de 1827, que criou os Cursos Jurídicos de São Paulo e Olinda.

Precedentes históricos, debates da Assembléia Constituinte de 1823, Decreto de 1825 com os Estatutos do Visconde da Cachoeira, completa tramitação legislativa da Lei de 11-8-1827, com a íntegra dos debates da Assembléia Geral Legislativa (1826-1827), sanção imperial e inauguração dos Cursos de São Paulo e Olinda.

Índices onomástico e temático

410 páginas

PREÇO: Cr\$ 70,00

Pedidos pelo reembolso postal à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
(Anexo I) — Brasília — DF — 70160

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 1,00